

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO – ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.422/0001-06

Fone: (46) 3533-8300 – E-mail: licitacao@saojoao.pr.gov.br

Endereço: Avenida XV de Novembro, 160 – Centro – São João/PR – CEP 85.570-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.044/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 633/2025

CONTRATANTE (UASG): 987871 – Município de São João – PR

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

FORMA: Licitação Tradicional

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA: Aberto

REGIME DE EXECUÇÃO: Fornecimento parcelado, mediante abastecimento diretamente na bomba do posto da contratada

AMPLA PARTICIPAÇÃO: Sim

EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não

PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL: Não, conforme justificativa constante no Termo de Referência.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: Não

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 3.118/2023, Decreto Municipal nº 3.070/2023 e demais normas aplicáveis.

OBJETO

Aquisição de **ÓLEO DIESEL COMUM S10**, destinado ao abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao Município de São João/PR, para atendimento das Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, Educação, Saúde e Viação, Obras e Serviços Públicos Urbanos, com fornecimento parcelado, mediante abastecimento diretamente na bomba do posto da contratada, conforme demanda da Administração Municipal e condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e anexos.

QUANTITATIVO ESTIMADO: 100.000 (cem mil) litros

VALOR UNITÁRIO MÁXIMO: R\$ 7,36 por litro

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 736.000,00

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 12/06/2026, às 08h00min

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 01/07/2026, às 08h59min

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 01/07/2026, às 09h00min

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA / DISPUTA DE LANCES: 01/07/2026, às 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Portal de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- O julgamento será realizado pelo critério de **menor preço por item**.
- A proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento do objeto, conforme previsto no edital e seus anexos.
- O edital e seus anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Compras.gov.br, no Portal da Transparência do Município e junto ao Setor de Licitações.
- Os pedidos de esclarecimento e as impugnações deverão observar os prazos e condições previstos no edital.
- Não haverá exigência de catálogo/ficha técnica ou amostra para o objeto.
- A vigência e a execução contratual serão de **12 (doze) meses**.



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90.044/2026

O Município de São João, Estado do Paraná, por intermédio das Secretarias demandantes e do Agente de Contratação/Pregoeiro, constituído pela Portaria nº 6.934, de 02 de janeiro de 2025, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO – DO TIPO MENOR PREÇO

SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO

- **Forma de disputa:** Aberto, conforme previsto no art. 56 da Lei nº 14.133/2021;
- **Modalidade de Contratação:** Licitação tradicional, conforme Termo de Referência;
- **Critério de Julgamento:** Menor preço por item;
- **Participação:** Ampla, com aplicação das preferências previstas na Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 3.070/2023, para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, inclusive sediadas local ou regionalmente;
- **Exclusividade ME/EPP/EQUIPARADAS:** Não, observadas as preferências legais de desempate e demais benefícios previsto na LC nº 123/2006 e no decreto Municipal nº 3.070/2023;
- **Abertura/acolhimento/divulgação de propostas:** Até às 08h59min do dia 01/07/2026;
- **Início da sessão/disputa de lances:** 09h00min do dia 01/07/2026;
- Todas as indicações de tempo constantes neste edital seguirão o horário oficial de Brasília/DF.

Referências legais para este processo licitatório: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decretos Municipais nº 3.118/2023, 3.070/2023, e demais legislação aplicável.

1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL COMUM S10**, para atendimento das Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, Educação, Saúde e Viação, Obras e Serviços Públicos Urbanos do Município de São João/PR, destinado ao abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos municipais, conforme condições, quantidades, exigências e especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência — Anexo I — e demais disposições deste edital.

2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

O valor máximo global para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 736.000,00 (setecentos e trinta e seis mil reais)**, correspondente à aquisição estimada de **100.000 (cem mil) litros** de óleo diesel comum S10, ao valor unitário máximo de **R\$ 7,36 (sete reais e trinta e seis centavos) por litro**, conforme estimativa constante do orçamento referencial elaborado pela Administração, fundamentado em pesquisa de mercado, observados os princípios da economicidade, vantajosidade, planejamento e competitividade, nos termos da legislação aplicável.

3. CONDUÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

O pregoão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Compras Gov, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis. O endereço eletrônico para recebimento, abertura e processamento das propostas será o portal www.gov.br/compras, garantindo ampla publicidade, transparência e participação isonômica dos interessados

O edital na íntegra está disponível para consulta na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://pncp.gov.br>), e no sítio eletrônico do Município Portal da Transparência: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br/>

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Anderson Camargo Cardoso e equipe de apoio, conforme designados pela Portaria n.º 6.934, de 02 de janeiro de 2025.

Atendimentos serão feitos pelos seguintes contatos:

- **E-mail:** licitacao@saojoao.pr.gov.br
- **Telefones:** (46) 3533-8325
- **Endereço:** Av. Xv de novembro, 160, Centro, São João, PR.
- **Horário de atendimento:** 08h30 às 11h00 e 13h30 às 17h00.

4. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros destinados à cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato serão providos da seguinte dotação orçamentária vigente:

Órgão e Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
03.001	04.122.0402.2004	3.3.90.30.00.00	000
04.001	27.812.2701.2008	3.3.90.30.00.00	000
04.002	13.392.1303.2009	3.3.90.30.00.00	000
04.002	13.695.1303.2010	3.3.90.30.00.00	000
05.001	12.361.1201.1004	3.3.90.30.00.00	000/004
05.001	12.361.1201.2014	3.3.90.30.00.00	000/004/103/104/504
06.001	10.301.1001.2030	3.3.90.30.00.00	000/303/493/504
07.001	20.606.2001.2035	3.3.90.30.00.00	000
08.001	15.451.1501.2036	3.3.90.30.00.00	000/504/507/ 512
08.002	26.782.2601.2040	3.3.90.30.00.00	000/504
09.002	08.244.0802.2048	3.3.90.30.00.00	000/831

5. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação em razão de irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre seus termos. O pedido deve ser protocolado no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de

abertura do certame, por meio do campo específico no sítio eletrônico <https://saojoao.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp&s=saojoao>, onde também serão publicadas as respostas aos pedidos formulados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES

Os recursos e as respectivas contrarrazões deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, por meio da plataforma oficial utilizada para a condução do certame, observando-se os prazos e procedimentos estabelecidos no item 9 das Condições Gerais deste Edital, em conformidade com o artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS

Durante o curso da licitação, os autos do processo estarão disponíveis para consulta pelos interessados no **sistema eletrônico utilizado para o pregão**, bem como no **Portal da Transparência do Município** no seguinte endereço:

Sítio eletrônico oficial: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br>

6. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO

A licitação e a contratação decorrente serão regidas pelas **condições específicas e gerais do Pregão Eletrônico**, bem como pelo termos estabelecidos neste edital e seus anexos.

A presente licitação será regida pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, pelos **Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** e suas alterações, além da legislação aplicável.

7. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

7.1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Após o encerramento da fase de lances e concluída a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos fixados neste edital e no Termo de Referência, nos termos do artigo 59, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Além disso, poderá ser considerada inexecutável qualquer proposta cujo preço seja manifestamente irrisório, simbólico, incompatível com os custos de mercado ou que comprometa a execução contratual, conforme critérios estabelecidos na legislação vigente e em eventuais estudos técnicos anexos ao edital.

Se for constatada a inexecutabilidade da proposta mais bem classificada, a Administração poderá convocar o licitante subsequente, observada a ordem de classificação, desde que sua proposta esteja dentro dos limites aceitáveis e compatível com os parâmetros de mercado.

7.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O julgamento das propostas será realizado com base no critério de **menor preço por item**, conforme estabelecido no Termo de Referência — Anexo I — deste edital.

1. Critério Geral

- Durante a fase de lances, os valores unitários ofertados deverão observar os limites máximos estabelecidos no edital e no Termo de Referência.
- Encerrada a fase de lances e concluída a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores máximos admitidos para o item.
- A aceitabilidade da proposta será verificada com base no valor unitário ofertado, observadas as especificações, quantidades, condições de fornecimento e demais exigências previstas no edital e seus anexos.

2. Critério específico do julgamento por item

- A classificação das propostas observará a ordem crescente dos preços ofertados para o item.
- Será considerada vencedora a proposta que apresentar o **menor preço por item**, desde que atendidas integralmente as condições de habilitação, as especificações técnicas, os critérios de aceitabilidade e as demais exigências estabelecidas no edital, no Termo de Referência e nos demais anexos.
- Não será admitida proposta que altere as características do objeto, condicione o fornecimento a regras diversas das previstas no edital ou apresente preço incompatível com a execução contratual.

3. Inaplicabilidade de outros critérios de julgamento

- Não se aplica ao presente certame o critério de maior desconto.
- Também não se aplica julgamento por lote, grupo ou valor global, salvo disposição expressa diversa no Termo de Referência.

PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não será inferior a **60 (sessenta) dias** contados a partir da data de sua apresentação, conforme disposto no artigo 65, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021. O não cumprimento deste prazo poderá resultar na desclassificação da proposta, conforme previsto neste edital.

TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO PARA ME, EPP E MEI

Será concedido **tratamento favorecido** às **microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais**, nos limites previstos na **Lei Complementar Federal nº 123/2006**. Também será assegurado **tratamento diferenciado** às **sociedades cooperativas** mencionadas no **artigo 34 da Lei nº 11.488/2007**, desde que cumpram os requisitos estabelecidos no edital e na legislação aplicável.

Para garantir a efetividade desse tratamento favorecido, serão aplicadas as regras de desempate previstas no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, permitindo que ME, EPP e MEI exerçam

o direito de preferência caso suas propostas estejam dentro do limite de **5% (cinco por cento)** acima da melhor oferta apresentada por empresa de maior porte.

AMOSTRA E CATÁLOGO:

A apresentação de **catálogo técnico** e/ou **amostra do(s) objeto(s)** licitado(s) **somente será exigida se expressamente prevista no Termo de Referência (Anexo I)**, conforme critério da Administração.

Quando exigida, a amostra deverá ser entregue no prazo e local indicados pela Administração, para verificação da conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade e desempenho estabelecidos no edital. As amostras poderão ser submetidas a análise técnica e a ensaios específicos, quando aplicável.

O não atendimento à exigência de apresentação de catálogo técnico ou amostra, **caso prevista**, poderá ensejar a desclassificação da proposta, com a consequente convocação do licitante subsequente, conforme os critérios estabelecidos no edital e na legislação vigente

GARANTIA:

A prestação de garantia de execução **poderá ser exigida apenas nos casos em que estiver expressamente prevista no Termo de Referência (Anexo I)** e devidamente justificada em razão da natureza e complexidade do item adjudicado, conforme o disposto no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Quando exigida, a garantia deverá ser proporcional ao valor do item contratado e poderá abranger aspectos como qualidade dos materiais, desempenho adequado do objeto contratado e cumprimento dos prazos e condições estabelecidos no edital.

A garantia, se aplicável, deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades, à escolha do contratado:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

O percentual, o prazo de vigência e demais condições constarão expressamente na minuta contratual correspondente, somente nos casos em que a garantia for exigida.

Caso não haja exigência expressa no Termo de Referência, a Administração se reserva ao direito de não solicitar a garantia.

CONSÓRCIO:

Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio nesta licitação, tendo em vista que o objeto consiste na **aquisição de ÓLEO DIESEL COMUM S10**, com **fornecimento parcelado** e **abastecimento diretamente na bomba do posto da contratada**, serviço que demanda **estrutura operacional local**, atendimento contínuo e execução rotineira, sendo plenamente compatível com a participação **individual** de empresas do ramo, sem necessidade de conjugação de capacidades.

A vedação tem por finalidade preservar a **competitividade**, a **isonomia** e a **eficiência** da contratação, evitando arranjos societários que possam restringir a disputa, elevar custos indiretos e dificultar a gestão e a responsabilização contratual, considerando a natureza comum do objeto e sua execução padronizada.

Dessa forma, ficam impedidas de participar desta licitação empresas reunidas sob a forma de consórcio, bem como empresas que atuem como consorciadas, coligadas ou vinculadas em qualquer formato que implique união de sociedades com a finalidade de disputar o certame.

O descumprimento desta vedação acarretará a **desclassificação da proposta** e/ou a **inabilitação do licitante**, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital e na legislação aplicável.

ANEXOS

Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

- **Anexo I** – Termo de Referência;
- **Anexo II** – Documentos de Habilitação;
- **Anexo III** – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- **Anexo IV** – Modelo de Procuração;
- **Anexo V** – Modelo de Declaração;
- **Anexo VI** – Locais de Entrega;
- **Anexo VII** – Minuta de Contrato;
- **Anexo VIII** – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- **Anexo IX** – Declaração da Lei Geral de Proteção de Dados;

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1. REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- a) O pregão será realizado por meio eletrônico, utilizando o **sistema de compras eletrônicas Compras Gov**, acessível pelo endereço eletrônico www.gov.br/compras, conforme disposto na **Lei Federal nº 14.133/2021** e regulamentações vigentes.
- b) O certame será conduzido por servidor(a) público(a) **designado(a) para a função de pregoeiro(a)**, com suporte da **equipe de apoio**, responsável pelo monitoramento e gestão dos dados inseridos ou transferidos para o **sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Municipal**.
- c) O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, nos **Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023**, e demais normativas aplicáveis.
- d) Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se **credenciar previamente**, obtendo **chave de identificação e senha pessoal**, seguindo as instruções disponíveis na página do sistema.
- d.1) O **credenciamento do interessado e de seu representante legal** no sistema eletrônico **implica sua responsabilidade pelos atos praticados**, presumindo-se sua capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, nos termos do **artigo 13 do Decreto Federal nº 10.024/2019**.
- e) O acompanhamento das operações no sistema eletrônico **é de responsabilidade exclusiva do licitante**, não cabendo à Administração Municipal qualquer ônus decorrente da **perda de negócios, inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou eventual desconexão do licitante durante a sessão pública do pregão**.

2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

- a) Poderão participar deste Pregão **pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação** e que apresentem todos os documentos exigidos para habilitação, nos termos deste edital e da legislação aplicável.
- b) Os interessados em participar do pregão deverão possuir **chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração**, conforme especificado no Item 1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.
- c) **É vedada a participação na licitação** de pessoas físicas ou jurídicas que:
- c.1)** tenham sido declaradas inidôneas ou sofrido **sanção impeditiva de contratar com a Administração Pública**, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021;
- c.2)** tenham constituído pessoas jurídicas que foram penalizadas nos termos do item c.1, enquanto perdurarem as penalidades;
- c.3)** possuam sócios em comum com empresas que se enquadrem no item c.2, salvo se comprovada a segregação de responsabilidades jurídicas e financeiras;
- c.4)** não operem no território nacional, estejam sob **falência, dissolução, liquidação** ou sejam pessoas físicas em situação de insolvência;
- c.5)** mantenham vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante, configurando **conflito de interesse**;
- c.6)** sejam **servidores públicos ou dirigentes de órgãos municipais**, ou empresas das quais esses servidores figurem como sócios, dirigentes ou possuam participação indireta, salvo nos casos permitidos por lei;

- c.7) sejam pessoas físicas e jurídicas de que trata o **artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021**, incluindo empresas que tenham entre seus sócios agentes públicos com influência na licitação ou que configurem hipótese de impedimento legal;
- c.8) sejam autores do anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo vinculado à licitação, isoladamente ou em consórcio, nos casos de obras, serviços ou fornecimento de bens, conforme vedado pelo **artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021**;
- c.9) participem **na forma de consórcio**, conforme vedação expressa estabelecida neste edital e fundamentada no **artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- d) **A participação na licitação implica a aceitação integral das condições estabelecidas neste edital e na legislação aplicável**, não cabendo alegação de desconhecimento.
- e) Além dessas condições gerais, deverão ser obedecidas eventuais **exigências específicas de participação** fixadas no edital, considerando as peculiaridades do objeto licitado.
- f) O(a) pregoeiro(a) verificará o cumprimento das condições de participação por parte das licitantes, com especial atenção à existência de **sanções impeditivas de contratação**, conforme previsto no **artigo 14 e no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021**.

3. PROPOSTA INICIAL

- a) Antes de submeter a proposta comercial no sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio:
- a.1) **conhecimento e atendimento** às exigências de **habilitação** e demais condições previstas no edital;
- a.2) sua condição de **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI)** para usufruir dos benefícios previstos na **Lei Complementar Federal nº 123/2006** e suas alterações.
- b) A **proposta de preço inicial** deverá ser enviada por meio de **formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas**, observando o prazo e os critérios estabelecidos no edital.
- b.1) A proposta registrada poderá ser **alterada ou retirada** até a data e hora definidas no edital.
- b.2) Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, **o sistema não permitirá inclusão, alteração ou desistência**, nos termos do **artigo 56 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- c) O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da **fase de lances**.
- d) O(a) pregoeiro(a) **verificará as propostas apresentadas quanto à exequibilidade**, podendo **desclassificar aquelas que não atendam aos requisitos do edital**, conforme previsto no **artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- a) O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no **sistema eletrônico**, dos seguintes campos:
- a.1) **Valor unitário e total do item**, valor global ou percentual de desconto, conforme aplicável;
- a.2) **Marca** do produto ofertado, quando aplicável;
- a.3) **Fabricante**, quando aplicável;

a.4) **Descrição detalhada do objeto**, conforme especificado no **Termo de Referência (Anexo I)**, incluindo modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando aplicável.

b) Todas as **especificações do objeto contidas na proposta vinculam o contratado**, sendo vedadas alterações posteriores que modifiquem sua essência.

c) Os valores propostos devem **incluir todos os custos operacionais**, encargos **trabalhistas, tributários, previdenciários, comerciais** e quaisquer outros que incidam **direta ou indiretamente sobre o fornecimento dos bens ou serviços**, assegurando o cumprimento do contrato sem prejuízo ao contratado.

d) Os **preços ofertados**, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, são de **exclusiva responsabilidade do licitante**, não cabendo pleito de **alteração sob alegação de erro ou omissão**, nos termos do **artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

e) O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação, conforme disposto no **artigo 65, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

f) As **ofertas devem respeitar os preços máximos estabelecidos no edital**, sendo passível de **desclassificação qualquer proposta que ultrapasse esses limites**.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

a) A abertura da licitação ocorrerá em **sessão pública**, por meio do **sistema eletrônico de compras**, na data, horário e local indicados no edital.

b) O(a) pregoeiro(a) verificará as propostas, **desclassificando aquelas que não atendam aos requisitos estabelecidos no edital**, nos termos do **artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c) O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas, sendo que **somente estas participarão da fase de lances**.

d) O sistema disponibilizará um **campo próprio para troca de mensagens** entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.

e) Iniciada a etapa competitiva, os **lances deverão ser enviados exclusivamente pelo sistema eletrônico**.

e.1) O lance deve ser ofertado de acordo com o **critério de disputa fixado neste edital**.

f) Os licitantes poderão oferecer **lances sucessivos**, observando o horário de abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

g) O licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

h) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances será de **R\$ 0,01**.

5.1. Modos de Disputa

i) O modo de disputa será definido no edital, podendo ser:

5.1.1. Modo de Disputa Aberto

- Os licitantes apresentarão **lances públicos e sucessivos**, com possibilidade de prorrogação automática.

- A etapa de lances terá duração inicial de **10 minutos** e será prorrogada automaticamente caso haja lance ofertado nos últimos **2 minutos** do tempo estabelecido.

- A prorrogação automática será de **2 minutos** e ocorrerá sucessivamente enquanto houver novos lances dentro desse período, inclusive no caso de lances intermediários.

- Caso não sejam apresentados novos lances conforme as regras acima, a sessão pública será automaticamente encerrada.

- O(a) **pregoeiro(a)**, assessorado(a) pela equipe de apoio, poderá justificadamente admitir o reinício da sessão para garantir a melhor proposta.

5.1.2. Modo de Disputa Aberto e Fechado

- Os licitantes apresentarão **lances públicos e sucessivos**, seguidos de um **lance final e fechado**.
- A fase inicial de lances terá duração de **15 minutos**, após o qual o sistema emitirá um aviso de **fechamento iminente** e iniciará um período adicional, aleatoriamente determinado, de até **10 minutos**.
- Após essa etapa, os licitantes que apresentaram a melhor oferta e aqueles cujos preços sejam **até 10% superiores** poderão apresentar um **lance final e fechado em até 5 minutos**, sendo sigiloso até o término desse período.
- Caso não haja pelo menos **três ofertas dentro das condições acima**, os três melhores licitantes subsequentes poderão apresentar um lance final e fechado.
- O sistema ordenará automaticamente os lances segundo a **ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto)**.

5.1.3. Modo de Disputa Fechado e Aberto

- Somente os licitantes que apresentarem a **proposta mais baixa** e aqueles com valores **até 10% superiores** poderão participar da etapa aberta.
- Caso não haja **três propostas** dentro do intervalo de 10%, poderão participar os **três melhores licitantes**, considerando propostas empatadas.
- A fase de lances terá duração de **10 minutos**, com **prorrogações automáticas de 2 minutos** sempre que um novo lance for ofertado nos últimos **2 minutos** da sessão.
- O sistema **encerrará a disputa automaticamente** caso não haja novos lances, ordenando os valores conforme a classificação final.
- Caso a diferença entre a **melhor proposta e a segunda colocada seja superior a 5%**, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá determinar o **reinício da disputa** para definição das colocações subsequentes.

5.2. Encerramento da Fase de Lances e Negociação

j) O sistema encerrará automaticamente a fase de lances conforme o modo de disputa adotado, ordenando as propostas de acordo com os critérios estabelecidos no edital.

k) Após o encerramento da fase de lances, o(a) preegoeiro(a) poderá:

- Negociar diretamente com o licitante que apresentou a **melhor oferta**, buscando melhores condições para a Administração.
- Verificar a conformidade da proposta vencedora em relação aos requisitos do edital e ao Termo de Referência.
- Desclassificar propostas que não atendam aos requisitos técnicos, financeiros ou de habilitação, convocando os próximos classificados.

l) O(a) preegoeiro(a), assessorado(a) pela equipe de apoio, poderá justificadamente admitir o reinício da etapa de lances para assegurar a obtenção da melhor proposta ou diante da ausência de lances compatíveis com os requisitos do edital.

5.3. Critério de Desempate e Tratamento Favorecido para ME, EPP e MEI

m) Para os itens não destinados à participação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais (ME, EPP e MEI), encerrada a etapa de lances, será assegurado o tratamento favorecido previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

n) Considera-se empate, para fins de exercício do direito de preferência, na modalidade pregão, quando a proposta apresentada por ME, EPP ou MEI for igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por empresa enquadrada nessas condições.

o) Ocorrendo o empate ficto, a ME, EPP ou MEI mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

p) Não havendo o exercício do direito de preferência por parte da ME, EPP ou MEI, ou persistindo empate entre duas ou mais propostas em igualdade de condições, serão aplicados, sucessivamente, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

I – disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II – avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;

III – desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV – desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

q) Persistindo o empate após a aplicação dos critérios previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I – empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná, por se tratar de licitação promovida por Município nele localizado;

II – empresas brasileiras;

III – empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV – empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.4. Negociação da Proposta Final

r) Encerrada a etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, com o objetivo de obter condições mais vantajosas para a Administração, vedada a alteração das condições estabelecidas neste edital.

s) A negociação será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, assegurada a publicidade dos atos e o acompanhamento pelos demais licitantes.

t) Concluída a negociação, o(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que encaminhe, no prazo de 02 (duas) horas, a proposta ajustada ao valor final ofertado, acompanhada, se necessário, dos documentos complementares exigidos para verificação da conformidade da proposta.

u) O prazo previsto na alínea anterior poderá ser prorrogado, por decisão do(a) pregoeiro(a), mediante solicitação devidamente fundamentada apresentada pelo licitante, via sistema, antes do seu encerramento.

v) Finalizada a negociação e apresentada a proposta ajustada, o(a) pregoeiro(a) dará início à fase de aceitação e julgamento da proposta

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

a) Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à **adequação ao objeto**, à **compatibilidade do preço** em relação ao valor máximo estipulado para contratação e ao atendimento das especificações constantes neste Edital e seus anexos, nos termos do **art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

b) Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

b.1) conter **vícios insanáveis**;

b.2) não obedecer às **especificações técnicas** previstas neste Edital e no Termo de Referência;

- b.3)** apresentar **preço final superior** ao preço máximo fixado pela Administração;
- b.4)** apresentar **preço manifestamente inexequível**;
- b.5)** não tiver sua **exequibilidade demonstrada**, quando exigido pela Administração;
- b.6)** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou de seus anexos, desde que **insanável**.
- c)** Para fins de análise de **exequibilidade**, poderão ser considerados, entre outros elementos, os custos de mercado, os preços praticados em contratações similares, a composição de custos apresentada pelo licitante, a compatibilidade entre os preços ofertados e os insumos necessários à execução do objeto, bem como outros elementos técnicos aptos a demonstrar a viabilidade da proposta.
- c.1)** No caso de **obras e serviços de engenharia**, serão consideradas **inexequíveis** as propostas cujos valores sejam inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, nos termos do **art. 59, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- c.2)** Ainda no caso de **obras e serviços de engenharia**, será exigida **garantia adicional** do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este percentual e o valor da proposta, nos termos do **art. 59, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- c.3)** No caso de **bens e serviços em geral**, a Administração poderá realizar diligência para aferir a exequibilidade da proposta, especialmente quando o preço ofertado apresentar indícios de inexequibilidade, considerando os parâmetros de mercado, a natureza do objeto, a composição de custos, a capacidade operacional do licitante e demais elementos técnicos pertinentes.
- c.4)** Para **bens e serviços em geral**, inexistindo percentual legal fixo de presunção absoluta de inexequibilidade, a Administração poderá adotar, como **parâmetro referencial de análise**, proposta com valor significativamente inferior ao estimado, inclusive inferior a **50% (cinquenta por cento)** do valor de referência, hipótese em que o licitante poderá ser convocado a demonstrar a viabilidade econômica da proposta, mediante documentação idônea.
- d)** Serão consideradas **inexequíveis** as propostas com preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os custos de mercado e com a adequada execução do objeto, exceto quando se referirem a materiais, instalações ou estruturas de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie expressamente à remuneração.
- e)** A Administração poderá realizar **diligências** para aferir a exequibilidade, legalidade e conformidade das propostas apresentadas, inclusive mediante solicitação de documentos complementares, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- f)** Caso seja necessária a suspensão da sessão pública para realização de diligências, esta será retomada mediante comunicação no sistema eletrônico, com o devido registro da ocorrência em ata.
- g)** O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para envio de **documentos complementares** digitalizados por meio do sistema eletrônico, no prazo fixado no próprio sistema, sob pena de **não aceitação da proposta**.
- g.1)** O prazo poderá ser prorrogado, mediante solicitação justificada do licitante apresentada via chat do sistema antes de seu vencimento, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- g.2)** Entre os documentos que poderão ser solicitados, incluem-se **catálogos, fichas técnicas, declarações do fabricante, memoriais descritivos, certificações, laudos, amostras, comprovação de marca e modelo**, ou demais elementos que permitam verificar a conformidade da proposta com as exigências do Edital e do Termo de Referência.
- 6.1. DA AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS, CATÁLOGOS OU DOCUMENTOS TÉCNICOS, QUANDO APLICÁVEL**
- h)** A exigência de apresentação de **amostras, catálogos, fichas técnicas, laudos, certificações ou demais documentos técnicos** será aplicada exclusivamente quando prevista no Termo de

Referência ou quando necessária à verificação da compatibilidade da proposta com as especificações exigidas.

i) O local, data e horário para entrega de eventual amostra serão divulgados por meio de mensagem no sistema eletrônico utilizado para o certame, sendo facultada a presença dos licitantes interessados, quando cabível.

j) A não entrega da amostra ou dos documentos técnicos solicitados, o atraso injustificado na entrega, ou a apresentação de produto, serviço ou documentação em desconformidade com as especificações previstas no Edital e no Termo de Referência, poderá resultar na **recusa da proposta**.

k) Se a amostra ou documentação técnica apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta do licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

l) A análise técnica será realizada com base nos critérios definidos no Termo de Referência e nos padrões mínimos de aceitabilidade estabelecidos pela Administração, com registro da decisão no processo administrativo.

6.2. NEGOCIAÇÃO E PROCEDIMENTOS EM CASO DE DESCLASSIFICAÇÃO

m) Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, observada a ordem de classificação.

n) O(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão e informar nova data e horário para sua continuidade por meio do sistema eletrônico.

o) O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, via sistema eletrônico, **contraproposta** ao licitante que apresentou a proposta mais vantajosa, com o objetivo de obter melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

o.1) Caso o(a) Pregoeiro(a) não aceite a proposta e passe à subsequente, poderá também negociar melhores condições com o licitante classificado em seguida.

o.2) A negociação será conduzida pelo sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.3. CRITÉRIO DE EMPATE E TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME, EPP E MEI

p) Nos itens que não sejam exclusivos à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, caso a proposta inicialmente mais bem classificada não seja aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar ao próximo classificado, haverá nova verificação pelo sistema para eventual ocorrência de **empate ficto**, conforme previsto nos **arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006**.

q) Encerrada a análise da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, conforme as disposições deste Edital.

r) O licitante provisoriamente vencedor em mais de um item deverá comprovar cumulativamente os requisitos de habilitação, quando aplicável, observadas as exigências correspondentes aos itens em que tenha sido classificado provisoriamente em primeiro lugar.

r.1) Na hipótese de não comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá avaliar a inabilitação em relação aos itens necessários, observada a ordem de classificação, a vantajosidade para a Administração e as regras previstas neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

a) Os licitantes deverão encaminhar, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a **proposta comercial**, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço proposto, conforme modelo do **Anexo III**, até a data e horário estabelecidos no edital.

b) O envio da proposta ocorrerá por meio da **chave de acesso e senha** cadastradas no sistema eletrônico.

c) Os documentos exigidos para fins de habilitação constam no **Anexo II – Documentos de Habilitação** deste edital e serão exigidos do **licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar**, na forma, prazo e condições definidos pelo(a) Pregoeiro(a), por meio do sistema eletrônico.

7.1. VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LICITANTES

d) Antes da análise da documentação de habilitação do licitante melhor classificado, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de **impedimentos ou sanções restritivas do direito de licitar ou contratar**, mediante consulta aos sistemas e cadastros oficiais aplicáveis, especialmente:

i) **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;**

ii) **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU;**

iii) **Cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública no Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR.**

d.1) A consulta poderá ser realizada em nome da empresa licitante e de seu **sócio majoritário**, quando cabível, para verificação de eventual impedimento legal ou indícios de burla à aplicação de sanções.

d.1.1) Caso a consulta aponte **ocorrências impeditivas indiretas** ou indícios de fraude, a Administração poderá promover diligências para apuração da situação concreta.

d.1.1.1) A eventual tentativa de burla poderá ser analisada à luz de elementos como **vínculos societários**, identidade de sócios, atuação coordenada, similaridade operacional e outros indícios juridicamente relevantes.

d.1.1.2) Antes da adoção de decisão desfavorável, o licitante será convocado para manifestação, assegurado o contraditório e a ampla defesa, na forma da legislação aplicável.

d.2) Constatada a existência de sanção impeditiva ou de ausência de condição de participação, o licitante será **inabilitado** ou **desclassificado**, conforme a fase em que a irregularidade for constatada.

d.3) Não havendo impeditivos, a habilitação do fornecedor poderá ser verificada por meio do **SICAF**, relativamente aos documentos por ele abrangidos.

d.3.1) É de responsabilidade do licitante manter atualizados os documentos constantes dos sistemas oficiais utilizados pela Administração, para que estejam vigentes na data da sessão pública ou da convocação para habilitação.

d.3.2) Caso os documentos não estejam atualizados nos sistemas consultados, o licitante deverá apresentá-los na forma exigida pelo edital, sob pena de inabilitação, ressalvada a possibilidade de emissão direta pela Administração nos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos emissores, quando cabível.

7.2. APRESENTAÇÃO E APROVEITAMENTO DE DOCUMENTOS

e) Os documentos exigidos para fins de habilitação que já constem em **sistemas oficiais**, em cadastros públicos ou em bases eletrônicas acessíveis à Administração poderão ser consultados diretamente pelo(a) Pregoeiro(a), desde que estejam **válidos, atualizados e aptos à verificação eletrônica**.

f) Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados por meio eletrônico, em formato digital, observadas as exigências do edital, admitida posterior verificação de autenticidade e validade pela Administração.

7.3. REGRAS PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI)

g) As **ME, EPP e MEI** deverão apresentar toda a documentação de habilitação exigida, ainda que contenha restrições quanto à regularidade fiscal ou trabalhista, observando-se o tratamento favorecido previsto na **Lei Complementar nº 123/2006**.

7.4. RESPONSABILIDADES DOS LICITANTES

h) Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, assumindo o ônus por eventual perda de negócios decorrente da inobservância de mensagens do sistema ou de sua desconexão.

i) Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

j) Não será estabelecida ordem de classificação entre as propostas apresentadas antes da abertura da sessão, sendo esta definida somente após os procedimentos de disputa, negociação e julgamento.

k) Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for registrado primeiro no sistema eletrônico.

l) Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do **menor valor registrado**, sem identificação do licitante.

m) Em caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a) durante a etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para envio de novos lances.

n) Se a desconexão do sistema eletrônico do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo que comprometa a continuidade regular da sessão, esta poderá ser suspensa e reiniciada posteriormente, mediante comunicação prévia aos participantes no próprio sistema eletrônico.

7.5. PUBLICIDADE E ACESSO ÀS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

o) Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado serão disponibilizados para análise do(a) Pregoeiro(a) e, quando cabível, para acesso público, após o encerramento da fase competitiva, observadas as regras do sistema eletrônico, a legislação aplicável e a proteção de informações sigilosas.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

a) A proposta deverá ser formulada de acordo com o **valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas**, e assinada **eletronicamente com certificação digital ICP-Brasil pelo representante legal do licitante** (ou seu procurador qualificado).

O documento deverá conter, conforme modelo definido neste edital:

- **Identificação da licitação;**
- **CNPJ e nome empresarial completo do licitante;**
- **Descrição do produto/serviço ofertado** para cada **item e/ou lote** da licitação, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I);
- **Valor global, preços unitários e globais por item e/ou lote**, cotados em moeda corrente nacional (R\$);
- **Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.**

a.1) A **proposta definitiva** deverá **obrigatoriamente observar os preços unitários máximos** fixados na **planilha de composição de preços do edital e seus anexos**, sob pena de **desclassificação**, independentemente do critério de disputa e da composição dos lotes.

a.2) O(a) **pregoeiro(a)** poderá **corrigir erros materiais ou falhas evidentes** nas propostas que **não comprometam sua substância ou validade jurídica**, atribuindo-lhes eficácia **para fins de classificação**, nos termos do **artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

a.3) Os preços deverão ser cotados em **reais (R\$)**, com **até duas casas decimais após a vírgula**. **Valores além da segunda casa decimal serão desconsiderados pelo sistema.**

b) Nos termos do **§1º do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021**, o licitante deverá **declarar, sob pena de desclassificação**, que sua **proposta econômica compreende a totalidade dos custos necessários** ao cumprimento dos **direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas**, conforme modelo constante no **Anexo V** deste edital.

c) Nos termos do **artigo 82, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021**, o licitante **poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital**, obrigando-se a **cumprir o fornecimento nos limites da proposta apresentada**, garantindo o atendimento às condições mínimas exigidas pela Administração.

9. OS RECURSOS

a) Qualquer licitante poderá **manifestar, em campo próprio do sistema**, de forma **imediata e motivada**, sua intenção de recorrer, sob pena de **preclusão**, em relação às fases de **julgamento e habilitação**, possuindo o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentação das **razões recursais** após a formalização do término da etapa que antecede a **adjudicação**, nos termos do **artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

a.1) As **razões recursais** devem ser apresentadas **exclusivamente por meio eletrônico**, com **certificação digital ICP-Brasil**.

a.2) Os demais licitantes serão **automaticamente intimados a apresentar contrarrazões** ao recurso **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, **devendo ser assinadas com certificação digital ICP-Brasil**.

b) A **ausência da apresentação das razões recursais no prazo fixado** resultará na **decadência do direito de recorrer**, conforme **artigo 166 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c) As **razões e contrarrazões de recurso** que não forem apresentadas conforme as disposições anteriores, ou que forem **subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para representar o licitante**, não serão conhecidas pelo(a) **pregoeiro(a)**.

d) Os autos do **processo administrativo de licitação** estarão à disposição dos interessados no **Portal da Transparência do Município**, no site: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br/>

e) O acolhimento do recurso implicará na **invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento**, não afetando os demais atos válidos do procedimento licitatório.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

a) Após a **análise da aceitabilidade da proposta**, regularidade da documentação e **habilitação do licitante vencedor**, bem como eventual **verificação de amostras exigidas**, o(a) **pregoeiro(a)** encaminhará o **procedimento licitatório à autoridade competente para adjudicação e homologação**, nos termos do **artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

b) Será permitida a **adjudicação e homologação parcial** do procedimento licitatório, quando o objeto licitado **for dividido em lotes distintos**, conforme **critérios previamente estabelecidos no edital**.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

a) O adjudicatário será convocado para assinar o contrato, retirar a nota de empenho ou aceitar outro instrumento equivalente, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação,

podendo esse prazo ser prorrogado, a critério da Administração, sob pena de decair do direito à contratação e sujeitar-se às penalidades previstas neste Edital e na legislação aplicável.

a.1) Alternativamente à convocação presencial, a Administração poderá encaminhar o instrumento contratual para assinatura por meio eletrônico, postal ou outro meio admitido, devendo o adjudicatário devolvê-lo devidamente assinado no prazo fixado na convocação.

b) Para a formalização da contratação, o adjudicatário deverá **manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital**, bem como apresentar os documentos complementares eventualmente exigidos pela Administração.

c) Antes da assinatura do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, a Administração poderá realizar consulta aos **cadastros, sistemas e bases oficiais pertinentes**, a fim de verificar a regularidade do adjudicatário e a manutenção das condições necessárias à contratação.

d) Os pagamentos serão realizados na forma prevista no edital, no Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável, mediante crédito em conta bancária de titularidade do contratado, indicada para esse fim.

e) Caso o adjudicatário não apresente as comprovações exigidas ou se recuse a assinar o contrato, retirar a nota de empenho ou aceitar instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da contratação, observadas as condições estabelecidas na legislação aplicável, sem prejuízo da eventual revogação da licitação, quando cabível.

e.1) A recusa injustificada do adjudicatário, ou a não comprovação das condições exigidas para contratação, poderá ensejar a aplicação das **sanções administrativas cabíveis**, nos termos do edital e da legislação vigente.

e.2) Se nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos admitidos pela legislação, a Administração poderá adotar as providências legalmente cabíveis.

f) O **recebimento do objeto**, a **medição** quando cabível, o **atesto da execução** e o **pagamento** observarão os prazos, condições, critérios e procedimentos previstos no edital, no Termo de Referência, na minuta contratual e nos demais anexos.

g) Em caso de atraso no pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido para a mora, será devida a correspondente **compensação financeira**, na forma estabelecida no contrato e na legislação aplicável.

h) Antes de cada pagamento, a Administração poderá verificar a manutenção das condições de habilitação do contratado, bem como exigir a documentação necessária à regular liquidação da despesa, nos termos do edital, do contrato e da legislação vigente.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

a) O licitante ou contratado que praticar **infração administrativa** ficará sujeito às sanções previstas no **art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021**, observadas as disposições do **Decreto Municipal nº 3.118/2023**, quando aplicáveis, sem prejuízo de eventual **responsabilização civil e penal**.

b) Constituem **sanções administrativas aplicáveis**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021:

I – **advertência**;

II – **multa**;

III – **impedimento de licitar e contratar**;

IV – **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**.

c) A sanção de **advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no **art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

d) A sanção de **multa** será aplicada nas hipóteses previstas no Edital, no contrato e na legislação aplicável, **não podendo ser inferior a 0,5% nem superior a 30%**, calculada sobre o valor do contrato

licitado ou celebrado com contratação direta, nos termos do **art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

e) A **multa moratória**, em caso de **atraso injustificado** na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual, será de **0,3% ao dia**, calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, limitada ao percentual máximo previsto em lei e sem prejuízo da possibilidade de **rescisão contratual** e aplicação de outras sanções cabíveis.

f) A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **art. 155, incisos II, III, IV, V, VI e VII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

g) A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **art. 155, incisos VIII, IX, X, XI e XII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**.

h) A aplicação das sanções observará a **natureza e a gravidade da infração**, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração Pública, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando cabível, bem como os princípios da **proporcionalidade, razoabilidade, contraditório e ampla defesa**.

i) A aplicação das sanções de **impedimento de licitar e contratar** e de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** dependerá de **processo de responsabilização**, a ser conduzido nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o **contraditório** e a **ampla defesa**.

j) A **multa** poderá ser aplicada **cumulativamente** com as demais sanções previstas neste item, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

k) Se a **multa aplicada** e as **indenizações cabíveis** forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser **cobrada judicialmente**.

l) A aplicação das sanções previstas neste item **não exclui**, em hipótese alguma, a obrigação de **reparação integral do dano** causado à Administração Pública.

m) Sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, eventual **responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas** pela prática de atos contra a Administração Pública observará, quando cabível, as disposições da **Lei Federal nº 12.846/2013** e demais normas aplicáveis.

n) As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas cadastrais pertinentes, inclusive no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, quando exigido pela legislação aplicável.

o) Os casos omissos serão resolvidos com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**, no **Decreto Municipal nº 3.118/2023** e demais normas aplicáveis.

13. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

As partes **declaram conhecer e se comprometer a cumprir** as normas de **prevenção à corrupção** estabelecidas na legislação brasileira, incluindo a **Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992)** e a **Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)**, além de seus regulamentos.

Para a execução deste contrato, **nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou prometer qualquer pagamento, doação, compensação, vantagem financeira ou benefício indevido a quem quer que seja, direta ou indiretamente**.

- Também é vedada qualquer forma de manipulação ou fraude que comprometa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- O mesmo compromisso deverá ser assegurado por prepostos, administradores e colaboradores das partes envolvidas, garantindo a ética e a transparência na execução do contrato.

14. DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

a) O Município realizará **todas as retenções tributárias exigidas por lei**, observando as disposições da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis.

b) O Município efetuará a **retenção do imposto de renda na fonte** sobre **todos os rendimentos pagos pelo ente público municipal**, conforme a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 da Receita Federal, que regulamenta a aplicação do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

b.1) As **alíquotas aplicáveis** serão aquelas previstas nos **anexos da IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações**, bem como nas normas complementares da Receita Federal do Brasil, nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/1996.

b.2) As **hipóteses de retenção do imposto de renda na fonte**, bem como eventuais **deduções na base de cálculo**, deverão ser **explicitamente informadas nos documentos fiscais apresentados pelas empresas contratadas**, assim como os casos de **isenção ou dispensa de retenção**, nos termos da IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações.

b.3) As **retenções serão efetuadas no momento do pagamento** dos valores devidos pela **prestação dos serviços ou fornecimento dos bens contratados**, desde que devidamente **atestados e liquidados**, mediante recolhimento aos cofres municipais, conforme disposto no **inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988**.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Todas as **referências de tempo** deste Edital correspondem ao **horário oficial de Brasília-DF**, nos termos do **Decreto Federal nº 6.932/2009**.

b) Caso ocorra **decretação de feriado** ou outro fato **superveniente** que **impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas** na data designada no Edital, esta será **automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, sem necessidade de nova comunicação**.

c) O(a) **pregoeiro(a)** poderá, se necessário, **promover diligências** para esclarecer ou **complementar informações** constantes do processo licitatório, nos termos do **artigo 64, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

d) O **licitante** será responsável por eventuais **perdas de negócios** decorrentes da **inobservância de mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema eletrônico**, ainda que ocorra **desconexão durante o certame**, conforme previsto no **artigo 63, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

e) A **não apresentação de qualquer documento exigido** ou a **apresentação com prazo de validade expirado** resultará na **desclassificação ou inabilitação do licitante**, salvo se for possível a **regularização nos termos do artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

f) A contratada deverá garantir livre acesso da Administração e dos órgãos de controle interno e externo aos documentos e registros contábeis referentes ao objeto contratado, sempre que solicitado, garantindo transparência e fiscalização efetiva.

g) Os documentos que não mencionarem prazo de validade serão considerados válidos por **90 (noventa) dias a partir da data de emissão**, salvo disposição legal em contrário ou indicação específica no edital.

h) Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico indicado no item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a) poderá verificar a autenticidade e veracidade dos documentos apresentados, garantindo conformidade com as exigências do certame.

i) O(a) pregoeiro(a) poderá relevar falhas meramente formais que não comprometam a lisura do processo e o conteúdo essencial da proposta, podendo ainda promover diligências para esclarecer ou complementar informações, inclusive solicitando pareceres técnicos, conforme o artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

j) A realização desta licitação não implica obrigação de contratação total ou parcial do montante estimado. A autoridade competente poderá revogar o certame total ou parcialmente por razões de interesse público ou anulá-lo por ilegalidade, mediante decisão fundamentada, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

k) O foro competente para dirimir eventuais questões não solucionadas administrativamente será o da Comarca de São João, PR, conforme estabelecido na legislação aplicável.

O servidor responsável pela subscrição deste Edital e seus anexos declara que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Gestor Municipal.

Município de São João, em 11 de junho de 2026

Anderson Camargo Cardoso
Agente de Contratação/Pregoeiro

Joni Zanella Ferreira
Prefeito Municipal

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente termo tem por finalidade a AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL COMUM S10, para as Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente, Educação, Saúde e Viação, Obras e Serviços Públicos Urbanos, do Município de São João, conforme condições, quantidades, exigências e especificações técnicas nele contidas.

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Média Unitária	Valor Total
1	ÓLEO DIESEL COMUM S10	100.000	LT	R\$ 7,36	R\$ 736.000,00
TOTAL					R\$ 736.000,00

☐ Deve ser solicitada a apresentação de catálogo/ficha técnica do produto ofertado pela proponente

☒ Não é necessária a apresentação de catálogo/ficha técnica do produto ofertado pela proponente

☒ Eletrônico

☐ Presencial

☐ Global. Justificativa:

☐ Por Grupo. Justificativa:

☒ Por Item

☐ Sistema de Registro de Preços (SRP)

☒ Licitação Tradicional

☐ Com preferência para ME/EPP/Equiparadas (LC 123/2006) / Com preferência para ME/EPP local/regional – Decreto Municipal nº 3070/2023

☒ Sem preferência para ME/EPP/Equiparadas. Justificativa: Considerando a natureza do objeto pretendido, consistente na aquisição de óleo diesel S10 para abastecimento da frota municipal, bem como as características do mercado fornecedor e a necessidade de assegurar ampla competitividade, vantajosidade e segurança no fornecimento contínuo do combustível, entende-se não ser cabível a aplicação dos benefícios de exclusividade, reserva de cotas ou preferência para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e empresas equiparadas, previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

Inicialmente, destaca-se que o objeto da contratação possui natureza contínua, essencial e estratégica para a manutenção dos serviços públicos municipais, exigindo fornecimento regular, imediato e ininterrupto, sob pena de comprometimento direto das atividades desempenhadas pela Administração Pública, especialmente nas áreas de saúde, educação, transporte escolar, obras, agricultura e serviços urbanos.

Verifica-se ainda que o fornecimento de combustíveis envolve mercado específico, operacionalmente complexo e altamente dependente de estrutura logística, capacidade de armazenamento, disponibilidade contínua de estoque, regularidade fiscal perante órgãos reguladores e capacidade financeira compatível com o volume de consumo da Administração Municipal, circunstâncias que restringem significativamente a participação de empresas de pequeno porte aptas ao atendimento integral da demanda.

Ademais, a adoção de tratamento diferenciado ou preferência regional/local, no presente caso, poderia ocasionar prejuízo à competitividade do certame, limitação do universo de fornecedores aptos e potencial elevação dos preços contratados, contrariando os princípios da economicidade, eficiência e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, não se aplica o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte quando tal medida não se mostrar vantajosa para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto contratado. Ainda, considerando a realidade do mercado regional de fornecimento de combustíveis, não se verifica, de forma segura e objetiva, a existência mínima de ao menos 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP local ou regional aptos a atender integralmente às exigências técnicas, operacionais e quantitativas da futura contratação, hipótese esta que também afasta a obrigatoriedade de aplicação do tratamento diferenciado, conforme previsão do art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.

No que se refere especificamente à não aplicação de preferência para ME/EPP local ou regional prevista no Decreto Municipal nº 3.070/2023, justifica-se tal medida diante da necessidade de preservação da ampla concorrência e da busca pela proposta mais vantajosa, considerando que eventual restrição regional poderia reduzir significativamente a competitividade do certame e comprometer a obtenção de preços compatíveis com os praticados no mercado.

Ressalta-se, ainda, que a contratação de combustível demanda elevada capacidade operacional, disponibilidade contínua de abastecimento e segurança logística, fatores indispensáveis à continuidade dos serviços públicos essenciais e que recomendam a ampliação da disputa para empresas de maior abrangência mercadológica e operacional.

Dessa forma, considerando o interesse público envolvido, a essencialidade do objeto, a necessidade de ampla competitividade, a busca da proposta mais vantajosa e as hipóteses legais previstas no art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, resta devidamente justificada a não aplicação dos benefícios de preferência e exclusividade para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas, bem como da preferência local/regional prevista no Decreto Municipal nº 3.070/2023.

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por objeto a aquisição de óleo diesel S10, destinado ao abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao Município de São João/PR, utilizados na execução contínua e essencial das atividades desenvolvidas pelas diversas Secretarias e Departamentos da Administração Municipal.

A aquisição do combustível mostra-se indispensável para assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados à população, considerando que a frota municipal é amplamente utilizada no transporte escolar, atendimento à saúde, manutenção de vias públicas, execução de serviços urbanos e rurais, transporte de servidores e pacientes, coleta de resíduos, apoio às atividades agrícolas, bem como demais ações administrativas e operacionais inerentes ao funcionamento da Administração Pública Municipal.

O óleo diesel S10 é combustível de uso obrigatório em veículos e máquinas equipados com motores movidos à tecnologia mais recente, especialmente aqueles dotados de sistemas de redução de emissão de poluentes, atendendo às normas ambientais vigentes estabelecidas pelos órgãos reguladores competentes. Sua utilização garante melhor desempenho mecânico, maior eficiência

operacional, redução da emissão de gases poluentes e preservação da vida útil dos motores pertencentes à frota municipal.

Ressalta-se que a ausência de abastecimento adequado comprometeria diretamente a continuidade dos serviços públicos essenciais, podendo ocasionar paralisações de atendimentos, interrupção do transporte escolar, prejuízos à manutenção das estradas rurais e urbanas, dificuldades no atendimento das demandas da saúde pública, além de impactos negativos no funcionamento geral da máquina administrativa.

Ademais, considerando a natureza contínua e indispensável do objeto, a contratação visa garantir o abastecimento regular da frota municipal, evitando desabastecimento, interrupções operacionais e prejuízos ao interesse público, observando-se os princípios da eficiência, continuidade do serviço público, economicidade e planejamento administrativo previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Dessa forma, resta plenamente justificada a necessidade da aquisição de óleo diesel S10, tendo em vista tratar-se de insumo essencial ao adequado funcionamento da estrutura administrativa municipal e à manutenção dos serviços públicos colocados à disposição da coletividade.

3. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

3.1. A vigência e a execução do contrato serão de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada a critério da administração, nos termos da Lei 14.133/21.

3.2. m caso de prorrogação dos prazos de execução e vigência, os valores poderão sofrer reajuste anual a ser calculado com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contada da data de início/assinatura do contrato.

3.3. Visando assegurar a manutenção das condições efetivas da proposta durante toda a execução contratual, fica assegurado à contratada o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021, sempre que sobrevirem fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior ou alterações extraordinárias no mercado que provoquem desequilíbrio entre os encargos assumidos e a remuneração inicialmente pactuada.

4. DO VALOR

Trata-se de processo administrativo visando à aquisição de óleo diesel comum S10, destinado ao abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao Município de São João/PR, utilizados na manutenção e execução contínua dos serviços públicos essenciais desempenhados pelas diversas Secretarias e Departamentos Municipais.

Para fins de atendimento ao disposto no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, a Administração Municipal realizou pesquisa de preços utilizando múltiplas fontes de consulta, buscando conferir maior segurança, confiabilidade e compatibilidade mercadológica ao valor estimado da contratação.

A pesquisa de preços foi composta por levantamento junto ao Banco de Preços, mediante utilização de contratações públicas similares recentes constantes no Portal Nacional de Contratações Públicas

– PNCP e demais bases oficiais, contemplando processos licitatórios e contratações públicas de diversos órgãos da Administração Pública, resultando em média apurada de R\$ 7,42 por litro.

Também foi realizada pesquisa complementar através da plataforma Talski Sistemas, a qual consolidou valores obtidos em diversas plataformas oficiais, incluindo Portal de Compras Públicas, PNCP, BLL, TCE/PR, CGU/NFE e banco de contratações similares, resultando em média aritmética de R\$ 7,38 por litro.

Além das consultas em bases públicas oficiais, a Administração procedeu levantamento junto ao mercado fornecedor local e regional, mediante verificação dos preços atualmente praticados por postos de combustíveis da região, obtendo-se valores de R\$ 7,19, R\$ 7,19, R\$ 7,34 e R\$ 7,50 por litro.

Adicionalmente, visando conferir maior robustez e aderência mercadológica à estimativa de preços, foi considerada tabela da Agência Nacional do Petróleo – ANP, referente à evolução dos preços médios de revenda do óleo diesel S10 no Estado do Paraná, atualizada em 18/05/2026, a qual demonstra preço médio de revenda no valor aproximado de R\$ 7,53 por litro no mês de abril de 2026, evidenciando compatibilidade com os valores obtidos nas demais fontes pesquisadas. A tabela também demonstra tendência recente de elevação nos preços do combustível, reforçando a necessidade de atualização da pesquisa de preços diante da volatilidade do mercado de combustíveis.

Com base na consolidação de todos os parâmetros obtidos — Banco de Preços, Talski Sistemas, tabela ANP e pesquisa direta junto ao mercado fornecedor — foi elaborado mapa comparativo de preços, resultando em média unitária final de R\$ 7,36 por litro, perfazendo valor total estimado de R\$ 736.000,00 para aquisição de 100.000 litros de óleo diesel S10.

Importante destacar que os valores considerados mostram-se compatíveis com os preços atualmente praticados no mercado regional e em contratações públicas similares recentes, observando-se coerência entre as diferentes metodologias e fontes consultadas, sem identificação de discrepâncias excessivas capazes de comprometer a confiabilidade da estimativa.

Ressalta-se ainda que a utilização de múltiplas fontes de pesquisa atende aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo maior segurança técnica e jurídica à formação do valor estimado da contratação.

Dessa forma, considera-se devidamente justificado o valor estimado da contratação no montante de R\$ 736.000,00, correspondente ao valor unitário médio de R\$ 7,36 por litro de óleo diesel comum S10, o qual servirá como parâmetro para análise de aceitabilidade das propostas no respectivo procedimento licitatório.

5. DA AMOSTRA

5.1. Não haverá exigência de amostra no objeto.

6. DO FORNECIMENTO

6.1. Os combustíveis, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), na sede (posto) da contratada, diretamente nas bombas de combustíveis de forma parcelada. MUNICÍPIO

DE SÃO JOÃO ESTADO DO PARANÁ, CNPJ nº 76.995.422/0001-06 – Fone: (46) 3533-8300, Avenida XV de Novembro, nº 160 – São João/PR, Cep: 85.570-000

6.2. O abastecimento do veículo comboio da prefeitura será abastecido na sede (posto) da contratada, diretamente na bomba de combustível, sem interrupção no abastecimento. O fornecedor deverá ter ciência da demora desse tipo de abastecimento.

6.3. Quando solicitado deverá aferir juntamente com os servidores da contratada a bomba desse combustível.

6.4. Devido ao abastecimento ser realizado na sede (posto) da contratada, a mesma deverá ter sede física e legal dentro da sede do Município.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Fornecer os produtos objeto do Contrato no prazo e forma ajustados;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação solicitadas no edital;
- d) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato;
- f) Responsabilizar-se integralmente pelos colaboradores com os quais estabeleceu vínculo empregatício, procedendo os descontos e recolhimentos previstos em lei, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão recair sobre a Contratante;

Responsabilizar-se pelos danos causados à Contratante, aos servidores desta ou a terceiros, decorrentes de sua culpa/dolo na execução do contrato, não sendo essa responsabilidade excluída ou reduzida por fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme temos da Lei nº 14.133/21, devendo proceder imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. Conforme dispõe o artigo 117 da Lei nº 14.133/21:

Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1(um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos,

permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações

8.2. O FISCAL E O GESTOR DO CONTRATO SERÃO INDICADOS PELA CONTRATANTE, DENTRE SEUS TÉCNICOS E/OU SERVIDORES, CAPACITADOS PARA EXERCEREM ESSAS FUNÇÕES.

8.3. Caberá a **GESTÃO DO CONTRATO**, o(a) senhor(a) **Simone Zanella Ferreira**, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:

a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometidas pela CONTRATADA;

b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;

c) manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;

d) propor medidas que melhorem a execução do contrato.

8.4. Caberá à **FISCAL DO CONTRATO**, o (a) senhor (a) **Marcos Francisco Zanella**, e ao **FISCAL SUBSTITUTO**, o(a) senhor(a) **Katia Cristina Dalpiva Kartmann** o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual

8.5. Além disso a fiscalização, a contar da formalização deste Contrato, baseada no registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato.

Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente nos termos da Lei 14.133/21 que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.

8.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes, deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

8.7. Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao Gestor da Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

8.8. Com base no art. 136 da Lei nº 14.133/21 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

9. DA HABILITAÇÃO ESPECÍFICA

9.1. Serão exigidos somente das proponentes classificadas os seguintes documentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

14.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

14.1.1.2. Registro comercial, para empresa individual;

14.1.1.3. Ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não seja entregue por ocasião de credenciamento;

14.1.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

14.1.1.5. Alvará em vigência.

14.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

14.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**) em plena validade;

14.1.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abrange inclusive a regularidade relativa à **Seguridade Social (INSS)**;

14.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

14.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

14.1.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através do Certificado de Regularidade do **FGTS (CRF)** ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data da sessão.

14.1.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (**CNDT**).

14.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.1.3.1. Certidão negativa de falências ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica em até 90 (noventa) dias antes da data prevista para apresentação.

14.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.1.4.1. Atestado de Capacidade Técnica que comprove ter fornecido para pessoa jurídica de direito público ou privado, produtos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante apresentação de no mínimo 01(um) atestado.

14.1.4.2 Certificado de Registro expedido pela Agência Nacional do Petróleo - ANP.

14.1.4.3 Licença expedida pela Vigilância Sanitária.

14.1.5. DECLARAÇÕES

14.1.5.1. Declaração Unificada (no caso de ME/EPP, deverá estar assinada pelo proprietário e pelo Contador responsável).

14.1.6. OUTROS

14.1.6.1. Para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optarem pelos benefícios da Lei Complementar nº 147/2014, apresentar:

14.1.6.1.1. Certidão Simplificada (emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado), de que está enquadrada como Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte; expedida em data não anterior a 12 (doze) meses da data prevista para apresentação dos envelopes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/>

• Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br

• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR

• (46) 99133-9003

ITEM	RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	CONSEQUÊNCIAS	MEDIDAS PREVENTIVAS/MITIGADORAS	RESPONSÁVEL
1	Desabastecimento do combustível durante a vigência contratual	Média	Alto	Paralisação parcial ou total da frota municipal, comprometendo serviços essenciais como saúde, transporte escolar e obras públicas	Exigir capacidade operacional mínima da contratada, manutenção de estoque compatível com a demanda e acompanhamento contínuo do saldo contratual	Contratada / Fiscal do Contrato
2	Fornecimento de combustível fora das especificações da ANP	Baixa	Alto	Danos mecânicos aos veículos e máquinas, aumento de consumo e prejuízos financeiros ao Município	Exigir autorização da ANP, possibilidade de coleta de amostras para análise, fiscalização periódica e aplicação de penalidades contratuais	Contratada / Fiscal do Contrato
3	Oscilação excessiva dos preços de mercado durante a execução contratual	Alta	Médio	Desequilíbrio econômico-financeiro do contrato e possíveis pedidos de reequilíbrio	Previsão contratual de reequilíbrio econômico-financeiro nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação documental	Administração / Contratada
4	Interrupção das atividades da empresa fornecedora	Baixa	Alto	Descontinuidade do abastecimento da frota municipal	Exigir regularidade jurídica, fiscal, econômica e operacional da contratada, bem como acompanhamento permanente da execução contratual	Administração
5	Vazamentos ou acidentes ambientais durante armazenamento e abastecimento	Baixa	Alto	Contaminação ambiental, aplicação de sanções ambientais e prejuízos ao Município	Exigir licenciamento ambiental válido, observância das normas ambientais e procedimentos adequados de segurança operacional	Contratada
6	Atraso no atendimento do abastecimento	Média	Médio	Comprometimento da logística operacional e atrasos na execução de serviços públicos	Estabelecimento de horários mínimos de atendimento e previsão de penalidades por descumprimento	Contratada
7	Fraude ou divergência nos quantitativos abastecidos	Baixa	Alto	Pagamentos indevidos e prejuízo ao erário	Controle rigoroso de abastecimentos mediante requisição, registro de quilometragem/horímetro e conferência pelos fiscais responsáveis	Fiscal do Contrato
8	Falhas no controle de consumo da frota	Média	Médio	Desperdício de combustível e aumento de custos operacionais	Implantação de mecanismos de controle interno, relatórios periódicos e fiscalização contínua do consumo	Administração
9	Contratação de empresa sem capacidade técnica e operacional suficiente	Baixa	Alto	Inexecução contratual e risco de desabastecimento	Exigência de documentação técnica, autorização da ANP e comprovação de capacidade operacional compatível com a demanda	Administração
10	Inexecução parcial ou total do contrato	Baixa	Alto	Necessidade de nova contratação emergencial e risco de paralisação dos serviços públicos	Aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e acompanhamento permanente da execução contratual	Administração
11	Problemas mecânicos	Baixa	Alto	Danos à frota municipal,	Fiscalização da qualidade do combustível, exigência de	Contratada

	decorrentes de combustível adulterado			aumento de manutenção e indisponibilidade de veículos	conformidade com normas da ANP e responsabilização da contratada	
12	Insuficiência do quantitativo estimado durante a vigência contratual	Média	Médio	Necessidade de contratação complementar ou risco de desabastecimento	Planejamento baseado no histórico de consumo e acompanhamento contínuo da execução contratual	Administração
13	Descumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas pela contratada	Baixa	Médio	Responsabilização subsidiária da Administração e impedimentos contratuais	Fiscalização documental periódica durante toda a execução contratual	Fiscal do Contrato
14	Restrição de competitividade no certame	Baixa	Médio	Redução da disputa e possível contratação por valor superior ao de mercado	Elaboração adequada do Termo de Referência e ampla divulgação do procedimento licitatório	Administração
15	Problemas operacionais em horários de emergência	Média	Alto	Impossibilidade de abastecimento emergencial de ambulâncias, máquinas e veículos essenciais	Exigência de disponibilidade mínima de atendimento compatível com as necessidades da Administração	Contratada

A presente contratação possui potencial de impacto ambiental inerente à natureza do objeto, considerando tratar-se de aquisição e consumo de combustível fóssil derivado de petróleo, utilizado no abastecimento da frota municipal de veículos, máquinas e equipamentos movidos a óleo diesel S10.

O óleo diesel S10, embora ainda seja combustível de origem fóssil, apresenta menor teor de enxofre quando comparado ao diesel comum tradicional, possibilitando concentração máxima de 10 mg/kg de enxofre, conforme regulamentação da Agência Nacional do Petróleo – ANP, o que contribui significativamente para a redução da emissão de poluentes atmosféricos, especialmente material particulado, dióxido de enxofre e demais gases nocivos ao meio ambiente e à saúde pública.

A utilização do combustível S10 mostra-se ambientalmente mais adequada e compatível com as tecnologias atuais de motores diesel, especialmente aqueles equipados com sistemas de controle de emissões, promovendo menor impacto ambiental, maior eficiência energética e redução da emissão de fumaça preta e resíduos poluentes decorrentes da combustão.

Ainda assim, reconhece-se que a utilização contínua de combustíveis automotivos possui impactos ambientais indiretos relacionados à emissão de gases de efeito estufa, consumo de recursos naturais não renováveis e riscos ambientais decorrentes do armazenamento, transporte e abastecimento dos combustíveis.

Diante disso, a Administração adotará medidas mitigadoras e boas práticas ambientais durante a execução contratual, dentre as quais destacam-se:

a) exigência de que o combustível fornecido atenda integralmente às especificações técnicas e ambientais estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP e demais normas ambientais vigentes;

b) exigência de que a contratada possua licenciamento ambiental regular e autorização de funcionamento expedida pelos órgãos competentes;

c) adoção de controle rigoroso de consumo da frota municipal, visando racionalização do uso do combustível e redução de desperdícios;

d) manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, buscando assegurar melhor eficiência mecânica, menor consumo de combustível e redução da emissão de poluentes;

e) fiscalização permanente quanto às condições de armazenamento, manuseio e abastecimento do combustível, visando prevenir vazamentos, contaminações ambientais e acidentes;

f) incentivo à utilização consciente da frota municipal, mediante planejamento de rotas, otimização de deslocamentos e controle operacional dos veículos e máquinas.

Importante destacar que a presente contratação não envolve atividades de industrialização, transformação ou descarte direto de resíduos perigosos por parte da Administração Municipal, restringindo-se ao fornecimento e consumo regular do combustível para manutenção das serviços públicos essenciais.

Assim, considerando a essencialidade do objeto para a continuidade das atividades administrativas e operacionais do Município, bem como a adoção de medidas mitigadoras e observância da legislação ambiental aplicável, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são controláveis, proporcionais e compatíveis com a necessidade pública existente, sendo plenamente viável a realização da contratação pretendida.

São João, 22 de maio de 2026

Kátia Cristina Dalpiva Hartmann
Secretária de Agricultura e Meio Ambiente

Andrieli Borsati
Secretária de Assistência Social

Tânia Aparecida Huppes
Secretária de Educação

Renato Pesibiczski
Secretário de Saúde

Joni Zanella Ferreira
Prefeito Municipal

ANEXO II - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar **em nome da matriz**, e se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar **em nome da filial**, **exceto para atestados de capacidade técnica e nos casos em que, pela própria natureza, forem emitidos exclusivamente em nome da matriz.**

Será aceita a apresentação de **registros de CNPJ distintos (matriz e filial) para CND e CRF/FGTS**, desde que **comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.**

1. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação deverá entregá-los **no prazo máximo de 05 dias úteis**, contados a partir da **notificação oficial**, **por meio eletrônico**, conforme estabelecido no Edital.

Os documentos exigidos nesta licitação deverão ser **encaminhados exclusivamente pelo sistema eletrônico indicado no item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.**

1.1 REGISTRO CADASTRAL

Todos os licitantes deverão estar **registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** para efeito de **cadastro unificado de licitantes.**

OU

Certificado de Regularidade de Registro Cadastral de fornecedor, **emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, disponível em <https://pncp.gov.br/>, acompanhado dos documentos abaixo descritos, **salvo os que já estejam contemplados e válidos no referido certificado.**

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

- Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.
- Registro comercial, no caso de empresa individual.
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
- No caso de sociedades por ações, documentos de eleição de seus administradores.
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de designação da diretoria em exercício.
- Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil.
- Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

- Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação específica.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- Prova de inscrição no CPF ou CNPJ.
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, quando aplicável.
- Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- Certidões de regularidade fiscal com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, sobre o trabalho de menores.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Os licitantes deverão apresentar **balanço patrimonial e demonstração de resultado dos dois últimos exercícios sociais**, acompanhados dos seguintes índices contábeis, conforme artigo 67 da Lei 14.133/2021:

- Índice de Liquidez Geral (LG).
- Índice de Liquidez Corrente (LC).
- Índice de Solvência Geral (SG).

Caso os índices apresentados não atendam aos parâmetros mínimos estabelecidos no Edital, o licitante poderá ser inabilitado.

- Balanço patrimonial e demonstração de resultado dos 2 últimos exercícios sociais.
- Certidão negativa de feitos sobre falência.
- Para empresas com menos de 2 anos, apresentação do balanço de abertura.
- Comprovação dos índices de liquidez (LG, SG e LC).
- Os índices deverão ser apresentados já calculados, assinados pelo contador e pelo representante legal da empresa.
- Se aplicável, pode ser exigido capital social ou patrimônio líquido mínimo para entregas futuras.
- Apresentação da relação dos compromissos assumidos, caso necessário.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução anterior de serviços ou o fornecimento de bens compatíveis com o objeto da presente licitação, em características, quantidades e prazos similares aos exigidos no edital.

O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:

- Identificação completa da entidade emitente (razão social, CNPJ, endereço e responsável pela emissão);
- Descrição detalhada do objeto executado ou fornecido;
- Local e período de realização da atividade ou entrega dos bens;
- Declaração expressa sobre o desempenho satisfatório do contratado quanto à qualidade dos serviços prestados ou dos produtos fornecidos.

Quando solicitado pela Administração, o licitante deverá apresentar documentação comprobatória adicional, como cópias de contratos, ordens de fornecimento ou notas fiscais, com a finalidade de verificar a veracidade das informações constantes nos atestados.

A exigência de apresentação dos documentos de qualificação técnica tem por objetivo demonstrar a aptidão do licitante para o desempenho de atividades compatíveis com o objeto contratual, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6 DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

- Declaração de inexistência de fato impeditivo para participação.
- Declaração de não utilização de mão de obra de menores, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- Declaração de atendimento às normas de logística reversa, quando aplicável.
- Declaração de reserva de cargos (Anexo V).

1.7 COMPROVANTE DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

- Certidão Simplificada da Junta Comercial ou documento equivalente.
- Declaração escrita sob as penas da lei, afirmando a condição de ME ou EPP.
- Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE), caso necessário.
- Regularização fiscal em até 5 dias úteis, prorrogável por igual período.
- Convocação dos licitantes remanescentes, se necessário.

1.8 REGRAS GERAIS PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS



- Todos os documentos apresentados deverão **identificar o licitante com nome empresarial e CNPJ**, conforme aplicável.
- Se a proposta for apresentada pela **matriz** e o fornecimento for realizado por uma **filial**, o **CNPJ da filial deverá constar da proposta**.

ANEXO III - MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/XXXX
DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor: _____
 CNPJ/CPF: _____
 Inscrição Municipal: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____
 Estado: _____
 Telefone: _____ Fax: _____
 E-mail: _____
 Banco: _____
 Agência: _____
 Conta Corrente: _____

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente proposta tem por objeto a **aquisição de ÓLEO DIESEL COMUM S10**, para atendimento das **Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, Educação, Saúde e Viação, Obras e Serviços Públicos Urbanos**, do Município de São João/PR, conforme especificações, condições e exigências contidas no **Termo de Referência (Anexo I do Edital)**.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E VALORES

Item	Descrição do Objeto	Exigências Complementares	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Óleo Diesel Comum S10	Fornecimento parcelado, mediante abastecimento diretamente na bomba do posto da contratada, conforme demanda da Administração Municipal e condições previstas no edital e no Termo de Referência.	Litro	100.000		

3. VALIDADE DA PROPOSTA

A validade desta proposta é de ____ (____) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

4. RESPONSABILIDADE SOBRE A QUALIDADE E INTEGRIDADE DOS PRODUTOS

A empresa vencedora será responsável pela qualidade, regularidade e conformidade do produto fornecido, devendo garantir que o combustível atenda às especificações técnicas exigidas no edital, no Termo de Referência e nas normas aplicáveis da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis — ANP.

4.1. Em caso de desconformidade do produto, divergência com as especificações, abastecimento irregular ou qualquer falha relacionada ao fornecimento, caberá à contratada adotar imediatamente as medidas necessárias à correção da irregularidade, substituição do produto, ressarcimento de eventuais prejuízos e demais providências cabíveis, nos termos do edital, do contrato e da legislação aplicável.

5. DECLARAÇÕES DO LICITANTE

5.1. O licitante declara expressamente que sua proposta atende integralmente às exigências técnicas estabelecidas no Anexo I do Edital — Termo de Referência.

5.2. O licitante declara, sob as penas da lei, que sua proposta inclui todos os custos necessários ao cumprimento das obrigações legais e contratuais, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários, despesas operacionais, transporte, abastecimento, seguros, taxas e demais custos diretos e indiretos necessários ao perfeito atendimento do objeto.

5.3. O licitante declara que possui ciência de que o fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme demanda da Administração Municipal, mediante abastecimento diretamente na bomba do posto da contratada, observadas as condições previstas no edital e seus anexos.

5.4. O licitante declara que manterá, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação, regularidade fiscal, autorização de funcionamento e demais requisitos exigidos no edital e na legislação aplicável.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX

Representante Legal

Nome: _____

CPF: _____

Cargo/Função: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO IV- MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, neste ato representada por **[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]**, portador(a) da **Carteira de Identidade** nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

OUTORGADO:

_____, portador(a) da **Carteira de Identidade** nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

PODERES:

Por este instrumento, o **OUTORGANTE** confere ao **OUTORGADO** os mais amplos e gerais poderes para, em seu nome, representá-lo no **Pregão Eletrônico nº /**, podendo, para tanto:

- Protocolar e receber documentos;
- Assinar declarações, propostas, contratos de fornecimento e demais documentos exigidos no certame;
- Prestar esclarecimentos e responder a diligências solicitadas pelo pregoeiro(a) ou pela equipe de apoio;
- Apresentar recursos administrativos e contrarrazões, assinando todos os documentos pertinentes;
- Efetuar e efetivar lances durante a fase competitiva do pregão eletrônico;
- Participar das fases de negociação e julgamento de propostas, conforme os critérios estabelecidos no edital;
- Acompanhar o procedimento licitatório até sua finalização, assinando os documentos necessários à formalização do ajuste;
- Praticar todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, nos termos do edital e da legislação aplicável.

A presente procuração é concedida em caráter **(revogável ou irrevogável, conforme aplicável)** e vigorará até a conclusão do certame ou até que seja formalmente revogada pelo Outorgante. O Outorgado se compromete a atuar dentro dos limites da legislação vigente, especialmente a **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como a observar as disposições do **edital do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX**, respondendo integralmente por seus atos perante a Administração Pública e eventuais terceiros interessados.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX

OUTORGANTE

Nome: _____

Cargo/Função: _____

ANEXO V- MODELO DE DECLARAÇÃO

(Este documento deve ser impresso em papel timbrado da empresa, contendo razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone e assinatura do representante legal.)

À

Prefeitura Municipal de São João
Av. XV de Novembro, 160 – Centro
CEP 85.570-000 – São João – PR

Senhor(a) Pregoeiro(a),

A empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, inscrita no CNPJ nº **[NÚMERO]**, com sede em **[ENDEREÇO COMPLETO]**, por meio de seu representante legal infra-assinado, declara, para os devidos fins, que:
☐ (Marque esta opção se aplicável) – Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, se enquadra como **microempresa (ME)**, **empresa de pequeno porte (EPP)** ou **equiparada**, não havendo fatos supervenientes que a excluam dessa condição.

Além disso, a empresa declara que:

1. Conformidade Legal

1.1. Está ciente e em conformidade com os requisitos legais estabelecidos na **Lei Federal nº 14.133/2021**, aplicáveis ao presente procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**.

1.2. Atende a todas as exigências de habilitação e qualificação para a presente licitação, conforme requerido pelo Edital e pela legislação vigente.

1.3. Não possui impedimentos legais para participar de licitações e contratar com a Administração Pública, comprometendo-se a comunicar qualquer alteração superveniente dessa condição.

2. Regularidade Trabalhista e Social

2.1. Em conformidade com o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e com a legislação aplicável, **não emprega menores de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem **menores de 16 anos** em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

2.2. Está em conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária, assegurando o cumprimento dos direitos dos trabalhadores e a regularidade do **FGTS**, quando aplicável.

3. Autenticidade e Compromissos

3.1. Garante a autenticidade de todos os documentos apresentados e se coloca à disposição para eventuais diligências e averiguações.

3.2. Compromete-se a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas durante todo o período de vigência do contrato, se contratada.

3.3. Declara que não foi declarada inidônea nem se encontra suspensa/impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer esfera de governo, salvo se houver declaração em sentido diverso nos sistemas oficiais aplicáveis.

4. Condições Financeiras e Tributárias

4.1. Compromete-se a repassar eventuais reduções de preços decorrentes de alterações nas alíquotas de tributos incidentes sobre o objeto, quando juridicamente aplicável.

4.2. Declara-se em plena regularidade fiscal e tributária, atendendo às exigências para contratação com a Administração Pública, nos termos do Edital.

5. Responsabilidade sobre o Objeto Contratado

5.1. Declara que tem pleno conhecimento das exigências do processo e que o objeto ofertado está integralmente compatível com as especificações do Edital e do Termo de Referência.

5.2. Compromete-se a não fornecer/entregar/prestar objeto diverso do especificado e a corrigir, no prazo estipulado, eventuais não conformidades identificadas pela fiscalização.

5.3. Declara estar ciente de que poderá ser exigida, quando prevista/solicitada pela Administração, a apresentação de **catálogo/ficha técnica, amostra** e/ou a realização de **vistoria/inspeção**, para verificação de conformidade com as exigências estabelecidas.

6. Relações com a Administração Pública

6.1. Em atendimento ao Acórdão nº 2745/2010 – TCE/PR, declara que seus sócios, dirigentes, cotistas e representantes legais:

- não são servidores do Município de São João/PR;
- não possuem vínculo familiar direto ou indireto com servidores que ocupem cargos de confiança, participem da comissão de licitação ou atuem como pregoeiro(a), quando aplicável.

6.2. Declara que não possui, em seu quadro societário, servidores públicos ativos, empregados de empresas públicas ou sociedades de economia mista, em desconformidade com a legislação aplicável.

7. Proteção de Dados e Assinatura/Representação

7.1. Declara que cumpre integralmente a legislação vigente, incluindo a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**, e que adota medidas para que parceiros e fornecedores também estejam adequados, quando aplicável.

7.2. O responsável legal pela empresa para fins de assinatura do contrato é:

- Nome: **[NOME DO RESPONSÁVEL]**
- RG nº: **[NÚMERO]**
- CPF nº: **[NÚMERO]**
- Cargo: **[SÓCIO-ADMINISTRADOR/PROCURADOR/DIRETOR]**

8. Informações para Contato e Comunicações

8.1. Para comunicações relacionadas a este processo, inclusive para encaminhamento de documentos e eventual contrato, a empresa indica:

- E-mail: **[ENDEREÇO ELETRÔNICO]**
- Telefone: **([DDD]) [NÚMERO]**

8.2. Em caso de alteração do e-mail ou telefone informado, a empresa se compromete a comunicar formalmente à Administração, pelos meios oficiais disponibilizados pelo Município.

9. Responsável pela Execução/Preposto

9.1. Nomeia e constitui **[NOME DO RESPONSÁVEL/POSTO]**, inscrito no CPF nº **[NÚMERO]**, como **responsável/preposto** pelo acompanhamento da execução contratual e pelos atos necessários ao cumprimento das obrigações, quando contratada.

Por ser expressão da verdade, firma-se a presente declaração.

[CIDADE], ____ de _____ de 2026.

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

[CARGO]

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]

ANEXO VI - LOCAIS DE ENTREGA

ANEXO VI – LOCAIS DE ENTREGA / ABASTECIMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.0XX/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 633/2025

ÓRGÃO/ENTIDADE/DEPARTAMENTO/SECRETARIA: Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, Educação, Saúde e Viação, Obras e Serviços Públicos Urbanos – Município de São João/PR.

LOCAL DE ENTREGA/ABASTECIMENTO: Posto da **CONTRATADA**, mediante abastecimento diretamente na bomba, conforme demanda da Administração Municipal.

FORMA DE FORNECIMENTO: Fornecimento parcelado, de acordo com as requisições, autorizações ou necessidades das Secretarias demandantes, observadas as condições previstas no Termo de Referência — Anexo I — e demais disposições do edital.

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO/FISCALIZAÇÃO:

Tânia Aparecida Huppes

TELEFONE: (46) 99133-9003

E-MAIL: saf@saojoao.pr.gov.br

OBSERVAÇÕES:

1. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, mediante abastecimento diretamente na bomba do posto da contratada, conforme requisições, autorizações ou necessidades das Secretarias demandantes, observadas as condições previstas no Termo de Referência — Anexo I — e demais disposições do edital.
2. A contratada deverá realizar o abastecimento dos veículos, máquinas e equipamentos autorizados pela Administração, mediante controle próprio definido pelo Município, podendo incluir requisição, autorização prévia, identificação do veículo, placa, odômetro, horímetro, quantidade abastecida, data, horário e assinatura do responsável, quando aplicável.
3. O responsável designado deverá conferir a conformidade do abastecimento, especialmente quanto à quantidade fornecida, identificação do veículo ou equipamento, registro do abastecimento e demais controles definidos pela Administração, registrando eventuais irregularidades e comunicando imediatamente ao setor competente.
4. O abastecimento deverá ocorrer sem ônus adicional de entrega, diretamente na sede/posto da contratada, observadas as condições operacionais estabelecidas no edital e no Termo de Referência.
5. Caso haja necessidade de ajuste operacional, como controle por requisição, autorização prévia, registro de placa/odômetro/horímetro ou agendamento excepcional, a contratada deverá manter canal de contato ativo com o responsável designado pela Administração.

6. A contratada deverá garantir atendimento compatível com as necessidades da frota municipal, especialmente em razão da natureza essencial dos serviços públicos atendidos pelas Secretarias demandantes.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20.

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

Processo Administrativo nº. _____

Pregão Eletrônica nº

Data da Assinatura: _____

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 160, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.422/0001-06, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Joni Zanella Ferreira**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **[NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, com sede à **[endereço completo]**, neste ato representada por **[nome do representante legal, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone]**, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, resultante do **Pregão Eletrônico nº 90.0XX/2026**, com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **aquisição de ÓLEO DIESEL COMUM S10**, com **fornecimento parcelado**, para atendimento das Secretarias Municipais de **Agricultura e Meio Ambiente, Educação, Saúde e Viação, Obras e Serviços Públicos Urbanos**, do Município de São João/PR, mediante **abastecimento diretamente na bomba do posto da CONTRATADA**, conforme condições, exigências e especificações constantes do **Edital do Pregão Eletrônico nº 90.00X/2026**, do **Termo de Referência (Anexo I)** e demais anexos, que passam a integrar este instrumento para todos os fins.

1.2. A execução do objeto contratado abrangerá:

- a) fornecimento do combustível **conforme padrões de qualidade e especificações** exigidas no edital e no Termo de Referência;
- b) abastecimento **parcelado**, de acordo com as necessidades da Administração e mediante requisições/autorizações de abastecimento;
- c) disponibilização de estrutura operacional e atendimento compatíveis com a rotina de abastecimento da frota municipal, incluindo emissão/registro de comprovantes e controles;
- d) demais providências indispensáveis à execução eficiente do objeto contratado, conforme condições contratuais.

1.3. O fornecimento será realizado conforme os prazos, condições, local e quantitativos estabelecidos neste contrato, no edital e em seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1. A CONTRATADA se obriga a fornecer o objeto deste contrato pelo valor total de **R\$ [VALOR] ([VALOR POR EXTENSO])**, conforme os valores unitários e quantitativos abaixo e/ou aqueles constantes da proposta vencedora e do edital:

Item	Descrição do Objeto	Exigências Complementares	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Óleo Diesel Comum S10	Fornecimento parcelado, com abastecimento diretamente na bomba do posto da CONTRATADA	Litro	100.000	[]	[]

2.2. O valor acima estipulado abrange todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do fornecimento do objeto contratado, incluindo, mas não se limitando a:

- a) tributos, impostos, taxas e contribuições incidentes;
- b) custos administrativos, operacionais e comerciais;
- c) custos de estrutura, atendimento e operacionalização do abastecimento;
- d) materiais, insumos, controles e registros necessários ao fiel cumprimento do contrato;
- e) quaisquer outros custos indispensáveis ao cumprimento integral do objeto contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. A vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada a critério da Administração, nos termos da **Lei nº 14.133/2021** e suas alterações.

3.2. Em caso de prorrogação da vigência e execução do contrato, os valores poderão sofrer reajuste anual, calculado com base na variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)**, apurado pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, a partir da data do orçamento estimado.

3.2.1. Os preços inicialmente contratados são **fixos e irreajustáveis** pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data do orçamento estimado, em **[DATA]**. Após esse período, independentemente de solicitação da **CONTRATADA**, os valores serão reajustados automaticamente pela **CONTRATANTE**, com base na variação do **INPC**.

3.2.2. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou, por qualquer motivo, não possa(m) mais ser utilizado(s), será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação vigente à época.

3.2.3. O reajuste será formalizado por **apostilamento**, conforme previsto na legislação aplicável.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTO

4.1. O fornecimento do objeto deverá ocorrer **de forma parcelada**, conforme as necessidades do MUNICÍPIO, mediante **abastecimento diretamente na bomba do posto da CONTRATADA**, atendendo às especificações técnicas e exigências estabelecidas no edital, no Termo de Referência e neste contrato.

4.2. A CONTRATADA se compromete a fornecer o **Óleo Diesel Comum S10** nas condições estabelecidas, garantindo que:

- a) o produto fornecido esteja em conformidade com as **especificações técnicas aplicáveis** e com os padrões de qualidade exigidos para o Diesel S10;
- b) o abastecimento seja realizado de modo a assegurar a **continuidade** e a **regularidade** do atendimento à frota municipal, respeitando as autorizações/requisições emitidas pelo MUNICÍPIO;
- c) sejam disponibilizados os **registros/comprovantes** do abastecimento, contendo, no mínimo, identificação do veículo/placa (quando aplicável), data, quantitativo abastecido e demais controles exigidos pela Administração.

4.3. O fornecimento somente será considerado regular após a **verificação e atesto** pelo MUNICÍPIO, que poderá recusar o produto e/ou glosar quantitativos quando constatada desconformidade com as especificações, divergências de medição/registro ou qualquer irregularidade em relação às condições do edital, Termo de Referência e deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES

5.1. São direitos das partes:

- a) **Da CONTRATANTE:** receber o objeto contratado conforme especificações, condições e controles previstos no edital, Termo de Referência e neste contrato;
- b) **Da CONTRATADA:** receber o valor ajustado na forma e prazos convencionados, após a comprovação do fornecimento e o devido atesto.

5.2. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento nas condições e prazos estabelecidos, mediante apresentação de documentação fiscal regular e atesto do fornecimento;
- b) disponibilizar as condições administrativas necessárias ao abastecimento (autorizações/requisições, identificação de veículos e rotinas de controle);
- c) fornecer informações e orientações operacionais indispensáveis à correta execução do contrato;
- d) designar gestor e fiscal do contrato para acompanhamento, conferência e registro das ocorrências.

5.3. São obrigações da CONTRATADA:

- a) fornecer o Óleo Diesel Comum S10 conforme os quantitativos demandados, **de forma parcelada**, mediante abastecimento diretamente na bomba do seu posto, observando rigorosamente as especificações e condições contratuais;
- b) responsabilizar-se integralmente pela **qualidade** do produto fornecido e por eventuais vícios, desconformidades, adulterações, falhas ou prejuízos decorrentes do fornecimento;
- c) substituir/corrigir, **sem ônus** para a CONTRATANTE, quaisquer situações de desconformidade do produto, inclusive quando houver recusa motivada pelo MUNICÍPIO, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- d) atender prontamente às solicitações do MUNICÍPIO relativas ao cumprimento do contrato e manter canais de comunicação ativos com o gestor/fiscal;
- e) comunicar formalmente à CONTRATANTE qualquer fato que possa comprometer o fornecimento, apresentando justificativas e medidas de contingência quando aplicável;
- f) manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;

- g) não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar o fornecimento, salvo autorização expressa da CONTRATANTE (quando cabível);
- h) cumprir integralmente a legislação fiscal, trabalhista, previdenciária e comercial aplicável, assumindo total responsabilidade pelos encargos decorrentes;
- i) não empregar menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nem menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, conforme legislação vigente;
- j) assumir integralmente os custos relacionados a tributos, encargos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento do contrato;
- k) manter controles e registros do abastecimento, emitindo comprovantes/relatórios conforme exigido pela Administração, aptos a subsidiar o atesto e a liquidação da despesa;
- l) responder por danos causados à CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, decorrentes do fornecimento, comprometendo-se a reparar/indenizar sem ônus para a Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após a entrega e aceitação dos bens ou serviços, mediante apresentação da **Nota Fiscal**, contendo de forma clara e detalhada a discriminação do objeto entregue ou executado, acompanhada das devidas anotações de recebimento.

6.1.1. As **Notas Fiscais** devem ser encaminhadas para o e-mail ctbsaojoao@gmail.com ou contabilidade@saojoao.pr.gov.br.

6.1.2. As **notas fiscais** deverão ser encaminhadas ao **setor competente imediatamente após sua emissão**, preferencialmente **no mesmo dia**, a fim de não comprometer o fluxo regular de **conferência, liquidação e pagamento** das despesas, observados os **prazos e procedimentos estabelecidos pela Administração**.

6.2. A **Nota Fiscal Fatura** ou **Nota Fiscal** deverá ser acompanhada das **Certidões Negativas de Débitos do INSS e FGTS**, devidamente atualizadas.

6.3. O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO** efetuará os descontos relativos aos tributos incidentes, conforme a legislação vigente.

6.3.1. De acordo com o **Decreto Municipal nº 3.096/2023** e a **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012**, será realizada a **retenção na fonte do Imposto de Renda (IR)** sobre os pagamentos efetuados a pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços.

6.4. A **Nota Fiscal** deverá conter obrigatoriamente:

- a) O **número da licitação** correspondente;
- b) O **número do contrato** e, se aplicável, do **termo aditivo**;
- c) A informação sobre a **opção pelo Simples Nacional**, caso a empresa seja optante desse regime tributário.

6.5. As **Notas Fiscais** deverão ser entregues até o dia **25 de cada mês**. Caso sejam apresentadas após essa data, deverão ser encaminhadas a partir do **primeiro dia útil do mês subsequente**.

6.6. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato ocorrerão com recursos provenientes das seguintes **dotações orçamentárias**, conforme previsto na Lei Orçamentária Anual vigente.

Órgão e Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
03.001	04.122.0402.2004	3.3.90.30.00.00	000
04.001	27.812.2701.2008	3.3.90.30.00.00	000
04.002	13.392.1303.2009	3.3.90.30.00.00	000
04.002	13.695.1303.2010	3.3.90.30.00.00	000
05.001	12.361.1201.1004	3.3.90.30.00.00	000/004
05.001	12.361.1201.2014	3.3.90.30.00.00	000/004/103/104/504
06.001	10.301.1001.2030	3.3.90.30.00.00	000/303/493/504
07.001	20.606.2001.2035	3.3.90.30.00.00	000
08.001	15.451.1501.2036	3.3.90.30.00.00	000/504/507/ 512
08.002	26.782.2601.2040	3.3.90.30.00.00	000/504
09.002	08.244.0802.2048	3.3.90.30.00.00	000/831

CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIO DE RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS

7.1. A **CONTRATANTE** poderá proceder à alteração do contrato visando à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, desde que a **CONTRATADA** apresente solicitação formal, devidamente justificada e acompanhada de documentação comprobatória, incluindo planilhas e elementos que demonstrem a necessidade da revisão contratual.

7.2. A solicitação será analisada conforme os critérios estabelecidos no **Edital do Pregão nº 90.OXX/2026** e as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, sendo aprovada somente se comprovada a necessidade de ajuste para garantir a manutenção das condições originalmente pactuadas.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por **um ou mais fiscais do contrato**, designados pela **CONTRATANTE**, conforme o artigo 117 da **Lei nº 14.133/2021**. A Administração poderá contratar terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes.

8.2. A **CONTRATANTE** nomeia como **Gestor do Contrato**, o(a) **Sr(a). Tânia Aparecida Hupples**, responsável pelo cumprimento das condições estipuladas, bem como pelo monitoramento da execução do contrato. Suas atribuições incluem:

- Aplicar ou propor a aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação vigente em caso de irregularidades cometidas pela **CONTRATADA**;
- Receber informações e relatórios do fiscal do contrato sobre a execução do objeto contratado;
- Manter registros e controles adequados sobre todas as ocorrências relacionadas ao contrato;
- Propor medidas para otimizar a execução do contrato.

O acompanhamento da execução será realizado pelos Fiscais do Contrato, nomeados pela **CONTRATANTE**, sendo:

- Fiscal Titular: Marcos Francisco Zanella**
- Fiscal Substituto: Katia Cristina Dalpiva Hartmann**

Os **fiscais deverão relatar ao Gestor do Contrato** quaisquer ocorrências que possam comprometer a execução adequada dos serviços contratados.

8.3. A fiscalização acompanhará a execução contratual, registrando ocorrências e adotando as providências necessárias para garantir o cumprimento do contrato. Dentre suas funções, está a verificação de eventuais circunstâncias que possam motivar a extinção contratual, conforme **artigo 137 da Lei nº 14.133/2021**.

8.4. Caso seja necessária a substituição do fiscal ou gestor inicialmente designado, a **CONTRATANTE** emitirá um **termo de apostilamento** para esse fim, devidamente publicado no Diário Oficial do Município e anexado ao processo original do contrato. A **CONTRATADA** será informada por meio dos canais oficiais adotados pela Administração.

8.5. O contrato deverá ser executado **fielmente pelas partes**, conforme as cláusulas estabelecidas e as normas da **Lei nº 14.133/2021**, sendo cada parte responsável pelas consequências do seu descumprimento, total ou parcial.

em caso de impedimento, paralisação ou suspensão do contrato por parte da Administração, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, conforme o **artigo 115, §5º, da Lei nº 14.133/2021**.

8.6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.7. O fiscal do contrato anotará **todas as ocorrências relacionadas à execução**, determinando as providências necessárias para correção de eventuais falhas. Caso a decisão ultrapasse sua competência, a situação será informada aos superiores para adoção das medidas cabíveis.

8.8. A **CONTRATADA** será responsável por:

- a) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, qualquer bem ou serviço que apresentar **vícios, defeitos ou irregularidades** resultantes da execução contratual (**art. 119 da Lei nº 14.133/2021**);
- b) Responder por **danos causados à Administração ou a terceiros**, independentemente da fiscalização exercida pela **CONTRATANTE** (**art. 120 da Lei nº 14.133/2021**);
- c) Assumir integralmente **encargos trabalhistas, fiscais e comerciais** decorrentes do contrato, sem transferir à Administração qualquer responsabilidade sobre o pagamento desses encargos (**art. 121 da Lei nº 14.133/2021**).

8.9. As comunicações entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** deverão ser realizadas **por escrito**, podendo ser admitidas comunicações eletrônicas quando justificadas.

8.10. Antes da realização de qualquer pagamento, a **CONTRATANTE** verificará a regularidade da **CONTRATADA** junto ao **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF)** e demais bases oficiais de consulta.

CLÁUSULA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

9.1. A **CONTRATADA** deverá observar e garantir que seus fornecedores e eventuais subcontratados, quando permitido, mantenham os mais altos padrões de **ética, transparência e integridade** durante todo o processo de contratação e execução do objeto contratual. Para os fins desta cláusula, consideram-se as seguintes práticas ilícitas:

- a) **Prática corrupta:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida com o objetivo de influenciar a ação de agente público durante a licitação ou a execução do contrato;

b) **Prática fraudulenta:** falsificação, omissão ou manipulação de informações com o propósito de influenciar a licitação ou a execução do contrato;

c) **Prática colusiva:** acordo entre dois ou mais licitantes para manipular preços ou condições contratuais de forma artificial, reduzindo a competitividade do certame;

d) **Prática coercitiva:** causar ou ameaçar causar dano físico, moral ou patrimonial a indivíduos ou empresas, com o objetivo de influenciar sua participação na licitação ou afetar a execução do contrato;

e) **Prática obstrutiva:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas, prestar declarações falsas ou impedir investigações sobre possíveis irregularidades no processo licitatório ou na execução do contrato.

9.2. Em caso de financiamento, total ou parcial, por organismo financeiro nacional ou internacional, a **CONTRATADA** estará sujeita às sanções previstas por essas entidades, podendo ser declarada **inelegível para futuras contratações** caso fique comprovado seu envolvimento em práticas ilícitas.

9.3. Caso o contrato venha a ser financiado, parcial ou integralmente, por um organismo financeiro, a **CONTRATADA** concorda, como condição para a contratação, em permitir inspeções nos locais de execução do contrato, bem como auditorias em seus documentos, contas e registros, sempre que solicitado pela entidade financiadora ou seus representantes devidamente formalizados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades previstas na legislação vigente, incluindo: **advertência, multas, suspensão temporária, rescisão contratual e outras sanções legais**, conforme **Lei nº 14.133/2021**.

10.2. As penalidades aplicáveis incluem:

I- **Advertência escrita:** aplicada em casos de descumprimento leve, sem dolo ou prejuízo significativo para a Administração.

II- **Advertência com prazo para correção:** aplicada quando houver omissões ou falhas médias ou graves que possam ser corrigidas, devendo a **CONTRATADA** sanar as irregularidades em até **60 (sessenta) dias**.

III- Multas:

a) **Multa diária moratória:** 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor mensal ou total do contrato por atraso no cumprimento das obrigações ou não atendimento da advertência dentro do prazo estabelecido.

b) **Multa por inexecução parcial ou atraso injustificado:** 1% (um por cento) do valor mensal ou total do contrato, aplicada até o limite máximo de **30 (trinta) dias de multa**.

c) **Multa punitiva por descumprimento médio:** 1% (um por cento) do valor mensal ou total do contrato.

d) **Multa punitiva por descumprimento grave:** 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do contrato.

e) **Multa punitiva por rescisão contratual motivada pela inexecução injustificada do contrato:** 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do contrato.

f) **Multa punitiva por improbidade administrativa cometida em conjunto com agente público:** 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do contrato.

IV- **Suspensão temporária da prestação de serviços ou fornecimento de bens:** aplicada em casos que causem danos financeiros ou patrimoniais à Administração ou violem normas regulatórias.

V- **Rescisão contratual:** aplicada em casos graves ou por interesse público, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas neste contrato.

10.3. As penalidades serão aplicadas observando-se os princípios do **contraditório e da ampla defesa**, conforme disposto na **Lei nº 14.133/2021**.

10.4. Caso seja aplicada multa, a **CONTRATANTE** poderá reter os valores correspondentes dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até o limite das penalidades aplicadas.

10.5. Se não houver créditos suficientes para cobrir as penalidades, a **CONTRATADA** será notificada para efetuar o pagamento do valor devido **em até 5 (cinco) dias úteis**.

10.6. Caso a **CONTRATADA** não realize o pagamento dentro do prazo estipulado, a cobrança será feita por meio judicial.

10.7. A aplicação das penalidades seguirá o seguinte procedimento:

- Manifestação do fiscal do contrato**, com documentação comprobatória das infrações;
- Análise e manifestação do gestor do contrato** sobre as irregularidades constatadas;
- Notificação da CONTRATADA** para apresentação de defesa no prazo de **15 (quinze) dias úteis**;
- Parecer da Procuradoria-Geral do Município** sobre o caso;
- Decisão final do Prefeito Municipal** sobre a penalidade a ser aplicada;
- Notificação da CONTRATADA** sobre o resultado do processo e imposição das penalidades, quando cabível.

10.8. Nos casos previstos no **artigo 139 da Lei nº 14.133/2021**, sanções poderão ser aplicadas **imediatamente**, independentemente da defesa prévia da **CONTRATADA**, **em situações urgentes**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11.1. O contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

- Descumprimento das cláusulas contratuais, execução irregular, inexecução total ou parcial sem justa causa ou sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- Rescisão por acordo entre as partes, desde que não cause prejuízo à **CONTRATANTE** e haja conveniência administrativa;
- Ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos **artigos 138 e 155 da Lei nº 14.133/2021**, que a **CONTRATADA** declara expressamente conhecer.

11.2. Caso a rescisão ocorra por culpa da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá reter créditos até o limite dos prejuízos apurados.

11.3. Caso não haja créditos suficientes para cobrir os prejuízos, a **CONTRATADA** será notificada

para realizar o pagamento em até **5 (cinco) dias úteis**. Se não for efetuado o pagamento, a **CONTRATANTE** poderá cobrar judicialmente o valor devido.

11.4. A **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateralmente o contrato em caso de **cisão, fusão ou incorporação** da **CONTRATADA** que comprometa a execução do objeto contratado.

11.5. A rescisão poderá ocorrer nos seguintes casos, entre outros:

- a) Não fornecimento dos bens ou serviços contratados;
- b) Inexecução do objeto do contrato sem justa causa e/ou sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- c) Descumprimento de determinações do fiscal ou gestor do contrato.

11.6. O procedimento para rescisão seguirá a seguinte ordem:

- a) Manifestação do fiscal do contrato, com documentação comprobatória;
- b) Manifestação do gestor do contrato ou da unidade requisitante;
- c) Notificação da **CONTRATADA**, concedendo prazo de **15 (quinze) dias úteis** para defesa;
- d) Parecer da **Procuradoria-Geral do Município**;
- e) Decisão final da **CONTRATANTE**;
- f) Notificação da **CONTRATADA** sobre o resultado do processo.

11.7. Nos casos previstos no **artigo 139 da Lei nº 14.133/2021**, as sanções poderão ser aplicadas **imediatamente**, independentemente de defesa prévia, quando a urgência assim exigir, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. O contrato poderá ser alterado mediante **termo aditivo** ou **apostilamento**, nos casos previstos na **Lei nº 14.133/2021**, incluindo prorrogação de prazos e adequação das condições contratuais.

12.2. Poderão ser realizados acréscimos ou supressões no objeto do contrato, respeitando o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado, conforme legislação vigente.

12.3. Alterações contratuais deverão ser formalizadas por **termo aditivo**, salvo quando caracterizarem mero ajuste de registro, hipótese em que poderão ser realizadas por **apostilamento**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PARTES INTEGRANTES

13.1. As condições estabelecidas no **Edital do Pregão nº 90.0XX/2026** e na **proposta apresentada pela CONTRATADA** fazem parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.

13.2. Quaisquer modificações necessárias durante a vigência do contrato serão formalizadas por **termos aditivos**, conforme obrigações assumidas pela **CONTRATANTE** e pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, com base na **Lei nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.

14.2. Subsidiariamente, serão observadas as disposições do **Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)** e os princípios gerais dos contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. A **CONTRATANTE** promoverá a **divulgação** deste contrato no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e em seu **sítio oficial na internet**, conforme o **artigo 94 da Lei nº 14.133/2021**.

15.2. A publicação atenderá às exigências da **Lei nº 12.527/2011** (Lei de Acesso à Informação) e do **Decreto nº 7.724/2012**, garantindo a **transparência e publicidade** do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUCESSÃO E FORO

16.1. As partes firmam o presente contrato, **obrigando-se por si e seus sucessores** ao fiel cumprimento das condições aqui ajustadas.

16.2. Fica eleito o **Foro da Comarca de São João, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, **renunciando as partes a qualquer outro foro**, por mais privilegiado que seja.

16.3. A **CONTRATADA** deverá manter **um representante com plenos poderes** para receber **notificações, citação inicial e demais comunicações legais**, independentemente de eventual mudança de seu domicílio.

Local e Data

CONTRATANTE | CONTRATADA

Ou

ANEXO VIII

ANEXO À NOTA DE EMPENHO

NOTA DE EMPENHO Nº. _____

VALOR: R\$ _____ (_____)

1. DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

1.1. Integra este instrumento o **Edital de Pregão Eletrônico nº. _____**, assim como seus Anexos e o **Descritivo da Proposta de Preços constantes do Processo nº. _____**, independentemente de transcrição.

2. DO PAGAMENTO

2.1. O pagamento de cada fatura será realizado **em até 30 (trinta) dias**, contados a partir do **atesto da Nota Fiscal**, após a comprovação do **adimplemento do Contratado** em todas as suas obrigações, já deduzidas **as glosas e notas de débito**, e mediante verificação da **Regularidade Fiscal com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT)**, observadas as disposições do **Termo de Referência**.

2.2. Nenhum pagamento será efetuado **sem a apresentação dos documentos exigidos**, bem como enquanto **não forem sanadas irregularidades** constatadas na **nota fiscal**, no **fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais**.

2.3. Os pagamentos ficarão **condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da sua conta corrente**, que deverá ser **mantida na instituição financeira contratada pelo Município**.

2.4. O prazo estabelecido no **item 2.1** ficará **suspenso** na hipótese prevista no **item 13.d.1 das Condições Gerais do Pregão**.

2.4.1. Decorrido o prazo de **adimplemento da multa**, caso esta **não tenha sido paga**, os valores serão **descontados da fatura apresentada**.

2.5. Nos casos de **eventuais atrasos de pagamento**, desde que a **CONTRATADA não tenha concorrido para tanto**, será aplicada uma **taxa de compensação financeira sobre o valor devido**, calculada de acordo com a legislação vigente.

3. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

3.1. São obrigações do **Contratado**:

3.1.1. Efetuar a **entrega do objeto** em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus Anexos, acompanhado da respectiva **nota fiscal**, na qual deverão constar as informações referentes à **marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia ou validade**, além do **manual do usuário em português** e da **relação da rede de assistência técnica autorizada**, quando aplicável.

3.1.2. **Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes** do objeto, conforme o **Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990)**.

3.1.3. **Substituir, reparar ou corrigir**, às suas expensas, no prazo fixado no **Termo de Referência**, o objeto que apresentar avarias ou defeitos.

3.1.4. **Comunicar ao Contratante**, com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas** da data prevista para entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, devidamente comprovados.

3.1.5. **Indicar preposto** para representá-lo durante a execução do contrato e manter comunicação com a Administração para a gestão contratual.

3.1.6. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as **condições de habilitação e qualificação** exigidas na licitação.

3.1.7. Manter atualizados seus dados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no **Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores do Município**.

3.1.8. **Guardar sigilo** sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

3.1.9. Arcar com os custos decorrentes de eventuais erros no dimensionamento dos quantitativos apresentados em sua proposta, exceto nos casos de:

- Alteração qualitativa do projeto ou especificações pela Administração;
- Retardamento na expedição da ordem de execução ou autorização de fornecimento;
- Interrupção do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho por ordem da Administração;
- Aumento dos quantitativos contratados, dentro dos limites permitidos pela **Lei Federal nº 14.133/2021**.

3.1.10. Adotar práticas de **sustentabilidade**, conforme aplicável, utilizando materiais reciclados, biodegradáveis e atóxicos, de acordo com as normas da ABNT, e observar certificações ambientais do INMETRO para produtos sustentáveis.

3.1.11. Adotar práticas de **logística reversa** para os produtos e embalagens fornecidos, assumindo a responsabilidade pela destinação ambientalmente adequada.

4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. O **licitante e o Contratado** que incorrerem em infrações sujeitar-se-ão às **sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021** e nos artigos correspondentes do **Decreto nº _____**, sem prejuízo de eventuais implicações penais.

4.2. A **multa aplicável não será inferior a 0,5% nem superior a 30%** sobre o valor total do lote ou contrato.

4.3. A Administração poderá **reter pagamentos até a quitação da multa** imposta.

4.4. Será aplicada uma **multa de mora diária de até 0,3%** sobre o valor do contrato ou parcela em atraso, até o 30º dia; após esse prazo, a multa será convertida em compensatória.

4.5. A aplicação das sanções seguirá o **devido processo administrativo**, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

5. DOS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser extinto:

- Por ato unilateral da Administração, salvo se o descumprimento for causado por ela própria;
- Por acordo entre as partes, inclusive por conciliação ou mediação;
- Por decisão arbitral ou judicial.

5.2. A parte que desejar rescindir o contrato deverá comunicar por escrito.

5.3. A extinção do contrato será formalmente motivada, garantindo o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

6. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este instrumento é regido pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, pelos **Decretos Municipais nº _____** e demais normas aplicáveis ao contrato.

7. DO FORO

As questões decorrentes deste instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente, serão processadas e julgadas no **Foro da Comarca de São João**, com exclusão de qualquer outro.

Município de São João, em ____ de _____ de 20____

CONTRATANTE | CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da **Carteira de Identidade nº _____** e do **CPF nº _____**, DECLARA, para os fins dispostos no **Pregão Eletrônico nº _____**, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- ☐ **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- ☐ **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- ☐ **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme § 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- ☐ **COOPERATIVA**, nos termos do artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007.

DECLARA, ainda, que a empresa **não se enquadra nas vedações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006**, e que **não ultrapassou a receita bruta máxima admitida** para fins de enquadramento como **microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual**, no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e Data: _____

Nome do Representante Legal

Cargo: _____

Assinatura: _____

ANEXO IX DECLARAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da **Carteira de Identidade nº _____** e do **CPF nº _____**, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no **Edital de Licitação** e que **possui as condições de habilitação previstas no edital**, bem como que tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado, o interessado deve fornecer à Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. Dados de identificação pessoal;
- 1.2. Informações sobre participações societárias;
- 1.3. Dados constantes em contratos sociais;
- 1.4. Endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. Estado civil;
- 1.6. Informações sobre cônjuges, quando aplicável;
- 1.7. Relações de parentesco;
- 1.8. Número de telefone;
- 1.9. Registro de sanções administrativas perante a Administração Pública;
- 1.10. Informações sobre eventuais condenações criminais ou por improbidade administrativa;
- 1.11. Outros dados necessários à formalização e execução do contrato.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento pela Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação presume-se válido, legítimo e juridicamente adequado, conforme previsto na legislação vigente.

Local e Data: _____

Nome do Representante Legal

Cargo: _____

Assinatura: _____